

MESTRADO EM ENSINO DE HISTÓRIA NO 3.º CICLO DO ENSINO BÁSICO E NO ENSINO SECUNDÁRIO

# **De fadas do lar a cidadãs plenas: As mulheres portuguesas no Ensino da História**

Tomás Barbedo Cardoso de Castro Nabais

**M**

2022



Tomás Barbedo Cardoso de Castro Nabais

# **De fadas do lar a cidadãs plenas: As mulheres portuguesas no Ensino da História**

Relatório realizado no âmbito do Mestrado em Ensino de História no 3º ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário, orientada pela Professora Doutora Cláudia Pinto Ribeiro

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Setembro de 2022





Tomás Barbedo Cardoso de Castro Nabais

## **De fadas do lar a cidadãs plenas: As mulheres portuguesas no Ensino da História**

Relatório realizado realizada no âmbito do Mestrado em Ensino de História no 3º ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário, orientada pela Professora Doutora Cláudia Pinto Ribeiro

### **Membros do Júri**

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Classificação obtida: (escreva o valor) Valores

*À minha família, amigos e colegas. Do fundo do coração.*





# Sumário

|  |    |
|--|----|
| Declaração de honra.....   | 2  |
| Agradecimentos.....  | 3  |
| Resumo .....   | 4  |
| Abstract.....  | 5  |
| Índice de Figuras .....  | 6  |
| Índice de Tabelas .....  | 7  |
| Índice de Gráficos .....   | 8  |
| Lista de Abreviaturas/Siglas.....  | 9  |
| Introdução .....   | 10 |
| 1. Enquadramento teórico .....   | 14 |
| 1.1 Será uma questão de género? As origens e definição do conceito .....               | 14 |
| 1.2 De fadas do lar a cidadãs plenas – Um percurso sobre as Mulheres Portuguesas ..... | 18 |
| 1.3 A representatividade das Mulheres nos programas escolares de História .....        | 30 |
| 2. Enquadramento prático .....   | 37 |
| 2.1 O lugar da acção – A escola e sua caracterização.....                              | 37 |
| 2.2. Os alunos – A caracterização das turmas envolvidas.....                           | 43 |
| 2.3 Da teoria à prática .....  | 45 |
| 2.3.1. O questionário inicial .....  | 45 |
| 2.3.2. As Mulheres na Primeira República – Aula e Ficha Formativa .....                | 47 |
| 2.3.3. As Mulheres no Estado Novo – Aula planeada (50 mins.) e Infografia .....        | 54 |
| 2.3.4. As Mulheres em Democracia – Aula planeada (50 mins.) e Debate.....              | 59 |
| 2.4. Análise dos resultados.....   | 63 |
| 2.4.1. O questionário inicial .....  | 63 |
| 2.4.2. As Mulheres na Primeira República – Ficha Formativa.....                        | 69 |
| 2.4.3. Reflexão dos resultados .....   | 79 |
| Conclusões finais .....  | 82 |
| Bibliografia.....  | 84 |
| Anexos.....  | 88 |

## **Declaração de honra**

Declaro que o presente relatório é de minha autoria e não foi utilizado previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referência. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

Porto, setembro de 2022

Tomás Nabais

## **Agradecimentos**

Este meu relatório de Estágio não seria concretizável sem a intervenção da minha Professora Orientadora, a Professora Cláudia Sofia Pinto Ribeiro por ter aceitado este meu projeto e ter acreditado em mim desde logo no início, ajudando-me a construí-lo até ao produto final. Sublinho a sua disponibilidade e dedicação e os conselhos que me deu para tornar este relatório de Estágio possível. Um muito obrigado!

Aos meus pais, irmãos e restante família que sempre me indicaram o melhor caminho a seguir neste meu novo percurso e por me apoiarem incondicionalmente e que são o meu maior orgulho.

Ao meu Professor António Carvalho, enquanto orientador cooperante que me acompanhou durante o meu estágio, pelas suas opiniões, dicas sempre muito úteis e certo e me ter recebido muito bem na sua escola.

Aos alunos da escola onde estagiei por me terem ensinado muito, recebido sempre bem, pelo carinho, simpatia e dedicação que tiveram ao longo das minhas aulas.

Agradeço também aos meus colegas do Mestrado pelas horas passadas nas aulas e durante os intervalos dos mesmos e por me terem auxiliado no relatório de estágio com conselhos, dicas e “luzes” acerca do relatório de estágio.

## **Resumo**

O presente estudo pretende realçar a falta de representatividade da Mulher nos programas curriculares de História no 3.º Ciclo do Ensino Básico.

Atualmente a desigualdade de género continua a ser uma realidade muito presente nas mais variadas vertentes da sociedade. Uma das formas de vivenciar e combater estas desigualdades, a Escola surge como um local ideal para promover os valores do pluralismo e da igualdade de oportunidades.

Com o propósito de responder a esta problemática propomo-nos analisar o contexto feminino em Portugal desde a Primeira República até aos nossos dias em contexto escolar; relacionar os acontecimentos históricos com a aceleração das transformações operadas nos comportamentos sociais e, por último, problematizar a emancipação feminina com as temáticas atuais relacionadas com a igualdade de género.

Como forma de alcançar os objetivos propostos, pus em prática nas aulas dois instrumentos de trabalho: um questionário inicial e uma ficha formativa. O primeiro procurava compreender qual a percepção que os alunos tinham acerca dos direitos das mulheres e da igualdade de género na atualidade, apesar de haver uma consciencialização desta problemática, os resultados foram divergentes entre as duas turmas. O segundo inserida na aula temática sobre as Mulheres na Primeira República fomentava a empatia histórica.

Este estudo realçou a importância de sensibilizar para a igualdade de género desmistificando estereótipos e conceções erradas.

**Palavras-chave:** Mulher; Igualdade de Género; Escola; empatia histórica

## **Abstract**

The present study aims to highlight the lack of representativity of Women in the curriculum programs of History courses in the 3rd Cycle of Basic Education.

Nowadays, gender inequality continues to be a current reality in the various sectors of society. In a way to show and oppose these inequalities, School appears to be the ideal setting to promote the values of pluralism and equality of opportunities.

With the purpose to answer to this troublesome issue, we propose to analyse the female context in Portugal from the First Republic to our days in the context of school; establish a connection between historical events and the accelerated transformation operated in social behaviors and, lastly, problematize the female emancipation with recent thematics related with gender equality.

To achieve the purposed objectives, during the courses I put in practice two working methods: an initial questionnaire and a formative assessment. The first one intended to understand student's perception on the present Women's Rights and gender equality, revealing that, although there is a consciencilization of this issue, the results were divergent between the two classes. The later one was inserted within a thematic course about Women in the First Republic, instigating historic empathy.

This study highlighted the importance of sensitising for gender equality, demystifying stereotypes and wrong conceptions.

**Key-words:** Women; Gender Equality; School; historic empathy

## Índice de Figuras

|   |    |
|---|----|
| FIGURA 1 – DOC. 3 "A AUTONOMIA DAS MULHERES" (PÁG. 55 DO MANUAL).....                       | 34 |
| FIGURA 2 – DOC. 4 "O PRINCÍPIO DA IGUALDADE DE GÉNERO EM PORTUGAL" (PÁG. 55 DO MANUAL)..... | 34 |
| FIGURA 3 – EXERCÍCIO "O QUE DIZEM OS DOCUMENTOS" (PÁG. 55 DO MANUAL).....                   | 35 |
| FIGURA 4 – EXERCÍCIO 5. "PÕE-TE À PROVA" (PÁG. 73 DO MANUAL).....                           | 35 |
| FIGURA 5 – DIAPOSITIVO 1 DA AULA "A MULHER NA PRIMEIRA REPÚBLICA" .....                     | 52 |
| FIGURA 6 – DIAPOSITIVO "OS DEVERES DA MULHER NA LEGISLAÇÃO - O CÓDIGO CIVIL DE 1867" .....  | 53 |
| FIGURA 7 – CABEÇALHO E EXERCÍCIO 1 DA FICHA FORMATIVA.....                                  | 53 |
| FIGURA 8 – EXERCÍCIO DE ESCRITA CRIATIVA.....   | 54 |
| FIGURA 9 – PRIMEIRO DIAPOSITIVO "AS MULHERES NO ESTADO NOVO" .....                          | 58 |
| FIGURA 10 – DIAPOSITIVO "A LIÇÃO DE SALAZAR - DEUS, PÁTRIA, FAMÍLIA" .....                  | 58 |
| FIGURA 11 – ATIVIDADE PLANEADA: INFOGRAFIA.....   | 59 |
| FIGURA 12 – DEBATE PLANEADO.....  | 62 |
| FIGURA 13 – EXEMPLO DE RESPOSTA À QUESTÃO 1.1.....  | 72 |
| FIGURA 14 – EXEMPLO DE RESPOSTA À QUESTÃO 2.1.....  | 73 |
| FIGURA 15 – EXEMPLO DE RESPOSTA À QUESTÃO 2.2.....  | 74 |
| FIGURA 16 – EXEMPLO DE RESPOSTA ÀS QUESTÕES 4.1 E 4.2 – ALUNO A.....                        | 75 |
| FIGURA 17 – EXEMPLO DE RESPOSTA ÀS QUESTÕES 4.1 E 4.2 – ALUNO B.....                        | 75 |
| FIGURA 18 – EXEMPLO DE RESPOSTA À QUESTÃO 4.3 – ALUNO A.....                                | 76 |
| FIGURA 19 – EXEMPLO DE RESPOSTA À QUESTÃO 4.3 – ALUNO B.....                                | 76 |
| FIGURA 20 – EXEMPLO DE RESPOSTA À QUESTÃO 5.1 – ALUNO A.....                                | 76 |
| FIGURA 21 – EXEMPLO DE RESPOSTA À QUESTÃO 5.1 – ALUNO B.....                                | 77 |
| FIGURA 22 – EXEMPLO DE RESPOSTA À QUESTÃO 5.2 – ALUNO A.....                                | 77 |
| FIGURA 23 – EXEMPLO DE RESPOSTA À QUESTÃO 5.2 – ALUNO B.....                                | 77 |
| FIGURA 24 – EXEMPLO DE RESPOSTA AO EXERCÍCIO DE ESCRITA CRIATIVA – ALUNO A.....             | 78 |
| FIGURA 25 – EXEMPLO DE RESPOSTA AO EXERCÍCIO DE ESCRITA CRIATIVA – ALUNO B.....             | 79 |
| FIGURA 26 – EXEMPLO DE RESPOSTA AO EXERCÍCIO DE ESCRITA CRIATIVA – ALUNO C.....             | 79 |

## **Índice de Tabelas**

|   |    |
|---|----|
| TABELA 1 – EXEMPLO DE RUBRICA DE AVALIAÇÃO .....                          | 43 |
| TABELA 2 – NÚMERO DE ALUNOS QUE RESPONDERAM A CADA QUESTÃO POR TURMA..... | 71 |

## Índice de Gráficos

|  |    |
|--|----|
| GRÁFICO 1 – DADOS REFERENTES AO 5.º E 6.º ANO.....   | 40 |
| GRÁFICO 2 – DADOS REFERENTES AOS 7.º, 8.º E 9.º ANO.....   | 40 |
| GRÁFICO 3 – QUESTÃO 1 “CONSIDERAS QUE A IGUALDADE DE DIREITOS ENTRE HOMENS E MULHERES SEMPRE EXISTIU AO LONGO DA HISTÓRIA?.....                | 64 |
| GRÁFICO 4 – QUESTÃO 2 “ATUALMENTE, A LEI PORTUGUESA CONSAGRA A IGUALDADE DE DIREITOS”....  | 65 |
| GRÁFICO 5 – QUESTÃO 3 “CONSIDERAS QUE EXISTE UMA IGUALDADE SALARIAL ENTRE HOMENS E MULHERES?”.....   | 65 |
| GRÁFICO 6 – QUESTÃO 4 “ HOJE EM DIA EXISTEM TRABALHOS DESTINADOS AOS HOMENS E TRABALHOS DESTINADAS ÀS MULHERES?”.....                          | 66 |
| GRÁFICO 7 – QUESTÃO 5 “CONCORDAS QUE DEVEM SER AS MULHERES A REALIZAR A MAIOR PARTE DAS TAREFAS DOMÉSTICAS?.....                               | 67 |
| GRÁFICO 8 – QUESTÃO 6 “CONSIDERAS QUE AS MULHERES TÊM UMA MAIOR RESPONSABILIDADE PELOS FILHOS DO QUE OS HOMENS?.....                           | 67 |
| GRÁFICO 9 – QUESTÃO 7 “ACHAS QUE A VIDA FAMILIAR DOS HOMENS E DAS MULHERES TÊM CONSEQUÊNCIAS DIFERENTES NA VIDA PROFISSIONAL DE CADA UM?”..... | 68 |
| GRÁFICO 10 – NÚMERO TOTAL DE RESPOSTAS À FICHA FORMATIVA.....  | 70 |

## **Lista de Abreviaturas/Siglas**

AE ..... APRENDIZAGENS ESSENCIAIS

PAEO ..... PERFIL DOS ALUNOS À SAÍDA DA  
ESCOLARIDADE OBRIGATÓRIA

PE ..... PROJETO EDUCATIVO DO AGRUPAMENTO

PIAP ..... PROJETO DE INTERVENÇÃO DE AVALIAÇÃO  
PEDAGÓGICA

## Introdução

O presente relatório de estágio do Mestrado em Ensino de História tem como título “De fadas do lar a cidadãs plenas: As mulheres portuguesas no Ensino da História” e é resultado de um trabalho que foi desenvolvido em aula, durante o estágio pedagógico de História, na unidade curricular Iniciação à Prática Profissional (IPP), no âmbito do Mestrado em Ensino de História no 3.º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário (MEH), da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. O estágio pedagógico realizou-se durante o ano letivo de 2021/2022, numa escola do ensino básico do concelho do Porto em turmas do 9º ano.

E porquê a escolha de um tema ligado à história das mulheres portuguesas no século XX em contexto escolar e de o trabalhar com os alunos? Serão estas perguntas que vou responder neste parágrafo com a justificação e preferência do meu objeto de estudo. Quando iniciei o meu estágio, ainda não tinha em mente um tema definido e escolhê-lo foi um percurso moroso devido ao manancial de temas já trabalhados em anteriores Relatórios de Estágio. Com esta falta de ideias, comecei a folhear as páginas do manual “Viagem na História 9.º”, da Areal Editores e adotado pela escola, e constatei que as questões ligadas aos direitos das Mulheres e a sua história era um tema pouco abordado, apenas trabalhado no subdomínio da “Sociedade e cultura num mundo em mudança”, do domínio “A Europa e o mundo no limiar do Século XX”. Depois de me aperceber da pouca relevância que o manual deu às questões ligadas ao feminismo e luta pelos direitos das Mulheres, decidi, numa primeira fase deste meu Estágio, trabalhar os Direitos das Mulheres no 25 de Abril de 1974. Contudo, por notar através da planificação anual da disciplina de História do 9.º ano que o subdomínio ligado ao 25 de Abril de 1974 só seria trabalhado em finais de Abril e por considerar ser tarde demais, descartei de imediato a ideia. Para limar melhor o meu tema preferi recuar no tempo e não me cingir apenas ao 25 de Abril de 1974, começando deste modo desde a Primeira República, assunto que foi trabalhado pelos alunos no início do 2.º período, e assim terminar com o período da Revolução de Abril.

Por ser também um tema pouco trabalhado e não ter sido feito nenhum Relatório de Estágio sobre o estudo das mulheres portuguesas no Portugal do século XX em sala de aula levou a que decidisse “agarrar” este tema pela sua pertinência.

Para além disso, questões relacionadas com o feminismo e igualdade de género ou a emancipação da mulher estão patentes nas Aprendizagens Essenciais do 9.º ano, uma vez que são conceitos que os alunos têm a necessidade de aplicar, principalmente o feminismo.

Identificada e justificada a escolha do tema para o presente Relatório de Estágio, passo a explicar os meus objetivos.

Assim, pretendo analisar o contexto feminino em Portugal desde a Primeira República até aos nossos dias em contexto escolar, ou seja, qual o papel destinado às mulheres; relacionar os acontecimentos históricos com a aceleração das transformações operadas nos comportamentos sociais e, por último, problematizar a emancipação feminina com as temáticas atuais relacionadas com a igualdade de género. Para além destes objetivos, acresce a questão da empatia histórica, ou seja, utilizar a evidência e a compreensão do contexto histórico para responder a questões relacionadas com o motivo pelo qual as pessoas, neste caso as mulheres, atuavam daquela forma (ou pensavam assim).

Relativamente à estrutura deste Relatório de Estágio, é composto por dois capítulos, divididos por subcapítulos. O primeiro capítulo, dedicado ao “Enquadramento teórico” está faseado em três subcapítulos. No 1.1 “Será uma questão de género? As origens e a definição do conceito” são explicadas a origem e a definição “género”, uma vez que, como o tema do meu trabalho é sobre as mulheres portuguesas, achei por bem redigir um capítulo acerca do conceito referido. Seguidamente entramos no segundo subcapítulo, “De fadas do lar a cidadãs plenas – Um percurso sobre as Mulheres Portuguesas do Século XX” dedicado à contextualização histórica. Farei uma abordagem histórica das Mulheres ao longo de três etapas históricas diferentes do Portugal Contemporâneo: a Primeira República, o Estado Novo e o pós 25 de Abril. Para cada uma, começarei por esboçar o contexto sociológico, ou seja, que papel era atribuído à mesma, a sua função em contexto familiar e social, seguidamente falarei da legislação

em vigor que consagrava direitos diferentes às mulheres e, por último, quais os direitos que foram conquistados durante esses três períodos distintos e que marcaram a sociedade da época. Optei também por focar em cada um dos períodos em causa uma personalidade feminina que tenha sido relevante, e falarei um pouco do seu percurso de vida e o porquê de ter sido uma mulher de relevo.

O subcapítulo 1.3 será dedicado à representatividade das Mulheres nos programas curriculares de História o 3.º ciclo do Ensino Básico. A necessidade em redigi-lo em sete páginas prende-se com o facto de o tema ser tão pouco explorado nos manuais escolares do 9.º ano e nas Aprendizagens Essenciais que considerámos fundamental estar presente neste Relatório de Estágio como forma de alertar para a necessidade de os programas curriculares de História se tornarem mais universais e equitativos, não discriminando género.

Encerrado o primeiro capítulo convidamos o leitor a “embarcar” no segundo capítulo referente ao “Enquadramento Prático”, que, por sua vez, está dividido em quatro subcapítulos.

No subcapítulo 2.1 “O lugar da ação – A escola e a sua caracterização” será apresentada aos leitores a instituição escolar no concelho do Porto onde estagiei, da qual farei uma breve caracterização. No subcapítulo 2.2, a que demos o título de: “Os alunos – A caracterização das turmas envolvidas”, apresentamos as duas turmas do 9.º ano com as quais trabalhei nesta investigação. No seguinte subcapítulo, o 2.3 “As metodologias usadas”, serão apresentadas as metodologias nas quais pus em prática o meu objeto de estudo no âmbito do estágio. Para além disso, neste mesmo capítulo justificarei a escolha da metodologia. Destaco a realização do inquérito inicial que foi fornecido aos alunos das duas turmas, que serviu de base para aferir os seus conhecimentos acerca de temas fraturantes como os direitos das mulheres e a igualdade de géneros na atualidade, a realização de uma ficha formativa sobre uma das aulas lecionadas por mim acerca das Mulheres na Primeira República, em que foram abordadas questões como o papel que estava destinado às Mulheres no tempo da República, os movimentos feministas, os direitos que a Mulher conquistou. Para além disso, na mesma ficha foi lhes pedido um exercício de escrita criativa, que mais à frente

abordarei. Para a aula dedicada às Mulheres no tempo do Estado Novo, estava planeado para as duas turmas de 9.º ano a elaboração de uma infografia acerca da situação feminina no Estado Novo, em que os alunos tinham de salientar aspetos como os deveres da Mulher, as organizações femininas estatais, entre outros. Na última aula temática dedicada exclusivamente às Mulheres em tempo de Democracia, isto é, desde a Revolução dos Cravos até aos nossos dias, a atividade idealizada para as duas turmas foi a de um debate intitulado “Haverá (des)igualdade de género no Portugal do Século XXI?”, que explanarei detalhadamente mais à frente.

Apresentada a metodologia segue-se um capítulo intitulado “Análise dos resultados”, no qual farei uma análise e reflexão dos resultados que obtive através dos instrumentos de trabalho (o questionário inicial e a ficha formativa “As Mulheres na Primeira República”) elaborados e aplicados por mim.

Após a “Análise dos resultados”, os leitores são convidados a ler um capítulo dedicado às “Conclusões finais” sobre a minha linha de investigação, ou seja, quais foram os meus limites, os resultados gerais obtidos e os obstáculos encontrados.

Seguidamente os leitores encontrarão um segmento dedicado à “Bibliografia”, no qual serão apresentadas alfabeticamente as diversas obras, artigos e fontes, nacionais e internacionais, que foram a base científica para o meu Relatório de Estágio.

Por último, apresentar-vos-ei o capítulo relativo aos Anexos, no qual mostrarei o inquérito inicial subordinado à Igualdade de Género e algumas das respostas dos alunos; os trabalhos que elaborei e os resultados da ficha formativa “As Mulheres na Primeira República”.

# 1. Enquadramento teórico

## 1.1 Será uma questão de género? As origens e definição do conceito

Uma vez que o tema do meu relatório de estágio está estreitamente relacionado com as questões femininas em Portugal desde a Primeira República até à atualidade, optei, neste primeiro capítulo, por elucidar aquilo que se entende por “género”, ou seja, qual o seu significado, sustentando os meus argumentos na bibliografia de alguns autores e pensadores especialistas em estudos do género. Como o conceito de “género” muitas vezes se confunde com o de “sexo”, optei por fazer uma distinção entre estes dois conceitos, dado que atualmente a nossa sociedade entende que são conceitos similares.

Posto isto, comecemos pela aceção do termo “género” e, de acordo com a investigadora Anália Torres, doutorada em Sociologia e entendida nas temáticas relacionadas com o Género, no seu estudo intitulado *Sexo e Género: problematização conceptual e hierarquização das relações de género* (2018) do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, entende que existem três fases em que a definição “género” tem-se modificado conforme o tempo histórico. Numa primeira fase, a que autora sinaliza desde os finais do século XIX até à 1.ª metade do século XX, muitas áreas de estudo como a biologia, a medicina ou a psicologia não diferenciavam os conceitos de “género” e “sexo”, apenas afirmavam que eram termos equivalentes entre si, notando-se por isso mesmo uma não-distinção entre conceitos. Ainda nesta fase, a autora salienta que apenas os especialistas dos vários campos de estudo enumerados anteriormente tinham em conta que eram as diferenças biológicas que demarcavam comportamentos, características, maneiras de pensar diferentes de homens e de mulheres (Torres, 2018: 2-3).

A partir dos finais dos anos 1960 e começos de 1970 a distinção entre sexo e género foi mais ambivalente e para alguns autores daquela época, o sexo estava já associado à diferença biológica entre homens e mulheres, quanto ao género a um domínio mais cultural. Esta nova abordagem advém das novas formas de

pensamento que vão começar a surgir por esta altura, quer no campo da filosofia, das ciências sociais através de autores e autoras de renome internacional que contribuíram cada vez mais para desmistificar a palavras “género” e “sexo”, não esquecendo, porém, que é também na década de 1960 que os movimentos de libertação das mulheres ganha proporções relançando o debate das questões de género.

Dessa segunda fase destaque-se o contributo de Simone de Beauvoir através da sua obra máxima *O Segundo Sexo* (1949), em que a autora defende que o ser humano do sexo feminino não nasce mulher, mas torna-se mulher, sendo que este “tornar-se mulher” significa a fusão de papéis, modos de ser que são condizentes com o modelo de feminilidade da cultura que pertencem. Tal como no caso do género masculino também há uma tendência para a assimilação da sua cultura. (Carlos, 2019: 10). Para além disso, é nesta época que a distinção entre género e sexo era conhecida nas ciências sociais, como refere o psiquiatra norte-americano Robert Stoller em 1968, que na sua obra *Sex and gender: on the development of masculinity and femininity* argumenta que o termo sexo servia para distinguir indivíduos do sexo masculino e feminino e atribuir aspetos biológicos que restringem se uma pessoa é macho ou fêmea. Para além disso, Robert Stoller dá-nos uma visão mais ampla daquilo que se entende por género, dizendo-nos que «there remain tremendous areas of behavior, feelings, thoughts and phantasies that are related to the sexes and yet do not have primarily biological connotations», ou seja, o que o autor em causa defende é que a palavra género se refere a um aspeto cultural e comportamental ou psicológica que cada indivíduo tem, não estando por isso mesmo interligado com a condição biológica do ser humano (Stoller, 1968: 9).

Para além dos contributos acima referidos de Simone de Beauvoir e de Robert Stoller, temos também o de Ann Oakley, socióloga, feminista e escritora nascida em Londres. Para esta autora britânica, o género é mais uma vez uma construção social, isto quer dizer, que desenvolvemos atributos psicológicos e aquisições culturais que quer o homem e a mulher vão incorporando ao longo da sua identidade. Quanto ao conceito de sexo, e no entender de Ann Oakley, somente diz respeito às condições

físicas e anatómicas que fazem com que se distinga o homem da mulher, existindo por isso mesmo uma notória diferença entre género e sexo, sendo que o primeiro insere-se no domínio da cultura e na construção dos significados sociais e o segundo no domínio da biologia (Oakley, 1972: 53).

Também no campo da antropologia, a ciência que estuda o homem nos seus aspetos anatómico, fisiológico, biológico, cultural, podemos encontrar algumas alusões à dissemelhança entre as palavras género e sexo, sendo de alargar a relevância que Margaret Mead, antropóloga cultural norte-americana, em 1935, através da sua obra *Sex and temperament*, nos ofereceu. Na obra citada, a autora argumenta que sexo é biológico, contudo o comportamento social é somente uma construção social, existindo por isso mesmo uma clara diferença entre género e sexo. Por outro lado, a antropóloga mostra também, através da sua obra, que em determinadas sociedades ocidentais os papéis atribuídos aos homens e às mulheres eram completamente opostos entre si, explicando assim o facto de que o contexto social contribui para a definição desses mesmos papéis e não o domínio biológico (Torres, 2018: 4).

Seguindo a linha de pensamento de Anália Torres no artigo atrás mencionado, após uma segunda fase de distinção entre sexo e género que marcou profundamente a visão que se teve sobre género e igualdade de género, nos finais dos anos 1980 e anos 1990, a relação entre género e sexo apresenta novos contornos, sendo que muitos teóricos dessa geração defendiam que o sexo também poderia ser uma construção social, sendo por isso uma peça-chave do modelo binário ou do molde heterossexual que se planeia (Torres, 2018: 5-6).

Dentro desta nova vaga de pensamento sobre o que é género e sexo, salienta-se o aceso debate que distinguia homens e mulheres a nível biológico, com a colaboração de biólogas como Anne Fausto-Sterling. De acordo com Mary Holmes, no seu livro *What is Gender? Sociological Approaches*, de 2007, alguns autores defendem género como sendo uma ordem natural, enquanto outros que é afetado por factores sociais (Holmes, 2007: 18). Estas teorias são refutadas por Anthony Giddens que também considera existirem três abordagens relativas ao género, a

saber: a biológica, a da socialização e a da construção social do género e do sexo. Sendo assim, para o autor a primeira abordagem assenta essencialmente nos factos anatómicos para explicar a diferenciação existente entre homens e mulheres, estando, por conseguinte, relacionado com o sexo, ou seja, os cromossomas, as hormonas e outros agentes físicos. Quanto à segunda abordagem, Giddens argumenta que os papéis do género estão interligados com o meio social que os indivíduos vão assimilando ao longo da sua vida, como o seio familiar, a escola, o trabalho. Já a terceira abordagem considera-se que ambos, sexo e género, são construídos socialmente (Pais, 2020: 25-26).

Esta terceira vaga de definição de “género” vai dar espaço a um novo assunto pouco aprofundado na época em questão, a da sexualidade e que irá assumir um papel fulcral nas questões entre género e sexo. Sendo assim, o género passa a ser algo adquirido desde a nascença, para além de ser um processo em construção ao longo da nossa vida e que pode “aniquilar” o próprio sexo biológico, como é o caso dos transexuais, que trazem uma nova identidade do género e a possibilidade do género fluído, questionando a própria heteronormatividade (Richardson, 2008: 9-17).

Em jeito de conclusão, neste primeiro capítulo tentou-se clarificar os conceitos de género e sexo e as suas variadas conceções teóricas que a diferença entre homens e mulheres, tendo como bibliografia obras de autores especialistas em temáticas relacionadas com identidade de género e sexo, tais como Anália Torres, Ann Oakley, Robert Stoller, Simone de Beauvoir, entre outros.

Relativamente à diferença entre género e sexo, e fazendo uma breve síntese daquilo que foi explanado neste capítulo, podemos concluir que o género tende a ser entendido pela grande maioria dos autores como um fator cultural, que influencia o estatuto, o papel social e a identidade sexual de cada indivíduo no seio da comunidade em que se insere. Em contraposição, o sexo é tido como um processo biológico, sendo um conjunto de características físicas e funcionais que distinguem o homem da mulher.

## 1.2 De fadas do lar a cidadãs plenas – Um percurso sobre as Mulheres Portuguesas

Após a elaboração da Introdução, passemos a uma breve contextualização do papel e condição feminina no Portugal Contemporâneo, desde a Primeira República até aos nossos dias, tentando responder a algumas perguntas, tais como: Como foram as leis portuguesas relativamente à situação das mulheres, nos finais do século XIX e ao longo do século XX? Tiveram elas influência sobre a forma como as mulheres atuavam, eram ensinadas e trabalhavam? Que mudanças houve na vida das portuguesas?

Para tentarmos compreender as mudanças significativas que o regime republicano vai implementar no quotidiano e condição feminina, é necessário fazer um retrato sociológico da mulher antes da Primeira República e, segundo as palavras de Teresa Pizarro Beleza: *“A construção da identidade jurídica feminina e masculina feita pelo direito consistiu na criação da desigualdade e da diferença hierarquizada entre as mulheres e os homens. A própria lei confluíu diferença e desigualdade. É também por isso que nós, em geral, aceitamos essa equiparação abusiva. Uma das justificações clássicas para o tratamento desigual das pessoas é justamente a sua diferença”* (Beleza, 2010: 88). Como podemos constatar pela afirmação da autora atrás citada, a situação da mulher face ao homem era de inferioridade, uma vez que não gozava dos mesmos direitos que este e desde muito cedo quer os rapazes e quer as raparigas do Portugal do início do século XX eram moldados para que ao longo da sua vida desempenhassem certos papéis que lhes estavam destinados, sendo estes muitos distintos entre si. Assim, os rapazes das famílias abastadas eram educados para futuramente serem racionais, fortes, aptos para gerir os negócios da família e ocuparem os mais altos cargos públicos. Quanto às raparigas eram vistas pela sociedade como seres frágeis, dóceis, carinhosas e emocionais, que desejavam apenas que um marido lhes garantisse estabilidade financeira e estatuto social. Contudo, aquelas que optassem por ficar solteiras ou divorciadas eram postas à margem pela sociedade, uma vez que não se enquadravam nos padrões socialmente atrás referidos (Mariano, 2011: 61). A partir deste retrato sociológico de ambos os sexos, podemos afirmar que a Mulher portuguesa partia em desvantagem no que diz respeito à conquista da sua independência, uma vez que,

segundo os padrões da época, teria que “esperar” por um bom partido para assim conseguir estabilidade financeira e não ser posta de parte pela sociedade.

Definido o papel sociológico quer do homem e quer da mulher, quais eram os papéis concretos da mulher na sociedade? Para isso temos de diferenciar entre a mulher camponesa e a da alta burguesia, uma vez que ambas tinham papéis completamente opostos. Assim sendo, a rotina diária da mulher no mundo rural, no Portugal monárquico e republicano, era repartido entre as tarefas domésticas, tais como: cozinhar, coser, tratar das crianças, limpar a casa, entre outras. Para além disso, ainda tinha tarefa árdua de trabalhar no campo, cuidando dos animais, participando das sementeiras, das colheitas e vendendo os seus produtos agrícolas (Silva, 2011: 388-389).

Quanto à mulher da burguesia, esta mesma tinha como funções a orientação da vida doméstica, ou seja, tratar dos criados. Para além educava os seus filhos e cultivava o exercício dos labores, como bordar, coser e aprimorava os seus dotes musicais, através de aulas de canto, ou de piano. Apesar de o lugar da mulher burguesa estar confinado ao lar, esta também podia usufruir de certos privilégios ou regalias que a mulher camponesa não tinha condições económicas para ter, como ir a bailes, à ópera ou aos clubes (Idem: ibidem).

Como podemos atentar, a sociedade portuguesa do século XIX vai criar uma imagem consensual da mulher ideal, ou seja, aquela que se dedica ao lar, à família, ao marido e à educação dos filhos. Todavia, a função social da Mulher portuguesa nos finais do século XIX irá alterar-se, uma vez que assistiremos ao proliferar da presença de mulheres nas ruas em busca dos mais diversos trabalhos, tais como operárias nas fábricas e criadas nas casas das mais nobres famílias. Com o crescente avançar da industrialização no Portugal dos finais de oitocentos, as mulheres das classes mais desfavorecidas vão abandonar o lar com o propósito de se empregarem como assalariadas nas fábricas e nas casas particulares, entrando conseqüentemente na dura realidade do mercado de trabalho e competindo diretamente com o trabalho dos homens, sendo de notar aqui já uma clara competitividade entre ambos os sexos, assim como na renumeração de cada um dos sexos. (Silvestre, 2009: 47-48)

E que direitos e deveres estavam consignados à Mulher na legislação portuguesa dos finais do século XIX? É a partir do Código Civil de 1867 que tentaremos responder a esta questão e notar que existiam muitos direitos e deveres vexatórios para a Mulher da época.

Começamos então por explicar em que é que consistia o Código Civil de 1867. De acordo com Helena Pereira de Melo, na obra *“Mulheres Portuguesas”*, este código foi organizado pelo Decreto de 8 de Agosto de 1850, por um juiz da Relação do Porto, António Luís de Seabra, sendo de realçar que era o primeiro Código Civil português a ser preparado, buscando inspiração ao Código Civil Francês de 1804 e ao Código Civil Espanhol de 1846. Será posteriormente revisto através de uma comissão de professores de Direito da Faculdade de Direito de Coimbra e aprovado, através da Carta de Lei de 1 de Julho de 1867, pelo rei D. Luís. Para além disso, este novo código civil vigorará até 1 de Junho de 1967, quando foi substituído pelo código civil hoje vigente (Melo, 2015: 95).

Após uma breve explicação do que foi o Código Civil de 1867, passemos à análise dos direitos e deveres que estavam consagrados à Mulher portuguesa. Posto isto, às mulheres portuguesas era-lhes imposta uma série de obrigações a que estavam sujeitas, como por exemplo o de ser fiel ao seu marido, viver junto e ajudá-lo, segundo o art.º 1184. O mesmo se aplicava ao seu cônjuge que tinha como dever o de defender a pessoa e os bens da mulher e esta a obrigação de prestar obediência ao seu marido (art.º 1185). Para além disso, outras normativas eram impostas às mulheres casadas, tais como era o de segui-lo para toda a parte, exceto em idas ao estrangeiro (art.º 1186); se fosse autora não podia publicar escritos sem o consentimento do seu marido (art.º 1187); necessitava da permissão do cônjuge para exercer qualquer tipo de profissão, ou de abrir um negócio ou adquirir bens (arts. º 1192, 1194 e 1196). Estes princípios explicam-se por o legislador recear que se a mulher se dedicasse a uma carreira, negligenciaria os seus deveres de boa dona de casa, mãe e esposa. Ademais, o seu marido podia ainda abrir as suas cartas ou papéis, segundo o art.º 461 do dito Código Civil.

Como o divórcio não existia apenas a separação judicial dos bens e da pessoa era decretada por um tribunal, que tinha ouvido uma das partes dos cônjuges. Para além disso, o pedido da separação atrás referida só podia ser requerido pelo cônjuge inocente

motivando uma das seguintes razões: injúrias graves, condenação a prisão perpétua ou adultério. Neste último caso, a prova do dito adultério era diferente quer para o marido, quer para a esposa. Enquanto ao primeiro só lhe bastava alegar o mero adultério da esposa, a esta era indispensável, e de acordo com o art.º 1204 do Código Civil de 1867, comprovar que o adultério do seu marido tinha sido cometido por ou escândalo público ou abandono da sua mulher ou concubina teúda e manteúda no domicílio conjugal (Guimarães, 1992: 562).

Enquanto mãe, o Código Civil de 1867 dizia-nos no seu artigo 138, que, *“As mães participam do poder paternal e devem ser ouvidas em tudo que respeita ao interesse dos filhos. Mas é ao pai que especialmente compete durante o matrimónio, como CHEFE DE FAMÍLIA, dirigir, representar e defender os filhos”*. Ora, enquanto mãe, o papel da Mulher era assaz reduzido, sendo um desses exemplos o art.º 1061 do Código que nos refere que em caso de não haver acordo no que dissesse respeito à concessão de licença para casamento dos filhos menores, a opinião do pai era sempre a que proeminava, por ser o verdadeiro chefe da família e representar os seus filhos menores. De resto, se a mulher contraísse um segundo matrimónio perderia também o direito de autorizar o casamento e de administrar os bens dos filhos, que passavam para o conselho da família.

Finalmente, e no que diz respeito à administração dos bens, pertencia a ambos os cônjuges, mas era o marido que privilegiava do mesmo, sendo apenas possível à mulher, e de acordo com o art.º 1104, adquirir uma quantia dos rendimentos dos seus bens e dispô-los, se não excedesse a terça parte dos rendimentos líquidos. Para além disso, a mulher não podia contrair dívidas sem o consentimento do marido, apenas em casos especiais, como o da ausência ou impedimento do seu cônjuge (art.º 1116). Estas obrigações diziam respeito à obediência que a mulher devia ao seu marido, contribuindo para a harmonia familiar (Mariano, 2011: 79-80).

Como podemos assistir no princípio do século XX a situação da Mulher no seio da família era regulada pelo Código Civil de 1867 que decretava às mulheres casadas a obediência ao marido e residência no domicílio deste, assim como lhes era impedido a administração, aquisição e alienação dos seus bens, como a publicação de escritos.

É neste contexto que com a chegada da República a 5 de Outubro de 1910, novos ventos de mudança se sentirão em relação aos direitos das mulheres, aliado com os primeiros movimentos feministas.

Posto isto, o regime republicano atenuará muito cedo algumas das normas patentes no Código Civil de 1867 e que, mais uma vez, subjugavam a mulher casada ao marido, tendo como principais deveres o de ser uma boa dona de casa, mãe e esposa. Para além disso, o novo regime abolirá as diferenças jurídicas que existiam entre homens e mulheres, como veremos a seguir, através da promulgação de duas importantes leis, a do Divórcio e a da Família, ambas decretadas em 1910. (Pimentel, 2001: 12).

A Lei do Divórcio foi publicada a 3 de Novembro de 1910, um mês depois da proclamação da República, e foi uma das mais importantes exigências das feministas da Liga Republicana das Mulheres Republicanas. Estabelecia igualdade perante a lei entre os cônjuges. No que diz respeito às causas da separação, a nova lei previa como causas legítimas para a dissolução do matrimónio as seguintes: separação consentida por dez anos consecutivos; abandono do domicílio conjugal (três ou mais anos); a loucura incurável de um dos cônjuges; doença contagiosa incurável. Ademais, o vício do jogo de fortuna ou azar também constituía um dos motivos para o divórcio (Melo, 2015: 132). O adultério do homem face à mulher resultou para efeitos de dissolução do matrimónio.

Para além dos requisitos atrás mencionados, o divórcio também seria considerado divórcio se houvesse mútuo consentimento, pedindo apenas que os cônjuges tivessem contraído matrimónio há pelo menos dois anos e completado vinte e cinco anos. Se cumprissem estes mesmos requisitos, era-lhes autorizado o divórcio provisório por um ano. Um ano após, se o casal não tivesse reconciliado, o divórcio passava de provisório a definitivo. (Melo, 2015: 132)

Após a promulgação da Lei do Divórcio que vai entrar em rota de colisão com a Igreja Católica a 25 de Dezembro de 1911 foi decretada uma outra Lei, a da Família, que basicamente dava à família um aspeto mais equitativo em relação à mulher. Estas Leis da Família eram compostas por dois decretos: o n.º 1 intitulado *O Casamento como Contrato Civil* e o n.º 2 *Lei de Proteção dos Filhos*. No 1.º decreto, o legislador dá-nos a

conhecer uma nova definição do que é o casamento, sendo “um contrato celebrado entre duas pessoas de sexo diferente com o fim de constituir legitimamente família” (art.º 1). No art.º 2 deste mesmo decreto, é-nos explicado que o casamento passa a ser um contrato meramente civil, havendo sempre a possibilidade de o casal poder se divorciar, se assim o entender. Quanto aos deveres que estavam expressos nas ditas Leis da Família eram basicamente os mesmos que estavam patentes no Código Civil de 1867, havendo raras alterações, como, por exemplo, o art.º 49 em que a mulher já podia publicar livremente os seus escritos; podia estar nos mesmos juízos que o seu marido (art.º 44); o marido já não podia compelir que a sua esposa regressasse a casa, mas ela podia exigir que ele a recebesse em casa (art.º 41). Todavia a mulher ainda continuava “presa” ao marido, pois tinha ainda que residir com ele e segui-lo, à excepção em viagens fora do país. Com o art.º 43, a mulher tinha ainda a opção de poder usar o apelido do seu marido, o que constituiu uma novidade para a época (Guimarães, 1996: 564-565).

O ano de 1911 também seria marcado por medidas de apoio às mulheres, como a da protecção à maternidade e a proibição do trabalho noturno das mulheres nas fábricas. Também surgiram, nesse mesmo ano, as primeiras funcionárias públicas da Junta do Comércio e, no mundo da advocacia, Regina Quintanilha, tornava-se a primeira mulher advogada a estrear-se nos tribunais portugueses.

O período republicano também está intimamente ligado às primeiras associações republicanas feministas que começam ainda antes da implementação da República a dar os primeiros passos. Influenciadas pelos movimentos sufragistas dos inícios do século XX em Inglaterra e França, as feministas portuguesas, das quais se destacam nomes como Ana de Castro Osório ou Carolina Beatriz Ângelo, lutaram pelos direitos das mulheres. Assim são fundadas inúmeras associações, grupos e ligas, como o Grupo Português de Estudos Feministas (1907), a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas (1909-1918), a Associação de Propaganda Feministas (1911), o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914), fundado por Adelaide Cabete (Pimentel, 2011: 12-13). Dentro destes movimentos feministas, uma das bandeiras de luta das ativistas foi a causa pelo sufrágio feminino; todavia, esta luta combativa e persistente

não encontrou apoio nos dirigentes do novo regime republicano, por considerarem que se o voto fosse concedido às mulheres estas votavam nos monárquicos deixando-se influenciar pelos párocos católicos (Emonts, 2001: 95-103). Para além disso, a questão do direito ao voto concedido às mulheres causava também grande divisão de opinião entre as feministas, como é o caso de Maria Veleda, ativista feminista, que se assumia como anti sufragista por não acreditar que o voto melhorasse as condições económicas das mulheres. Como já foi mencionado a causa pelo direito de voto levou a que em Fevereiro de 1911 Carolina Beatriz Ângelo reivindicasse o direito ao voto feminino ao presidente do Governo Teófilo Braga. Como efeito, a 14 de Março desse mesmo ano é noticiado pela imprensa nacional a promulgação da Lei Eleitoral, que concedia o direito ao voto a todos os cidadãos chefes de família de nacionalidade portuguesa e que soubessem ler e escrever e maiores de vinte anos. Como Carolina Beatriz Ângelo, médica, era viúva, logo chefe de família, maior de idade e sabia ler e escrever pôde assim exercer o seu direito de voto nas eleições do dia 28 de Maio de 1911, sendo a primeira mulher a fazê-lo. Após este episódio marcante para as causas feministas, os republicanos aprovam uma nova legislação, a 3 de Julho de 1913, especificando que apenas os cidadãos do sexo masculino maiores de 21 anos e que soubessem ler e escrever eram elegíveis para votar, colocando assim um grande entrave numa das lutas feministas em Portugal– o sufrágio feminino. (Esteves, 1991: 95-97).

O regime republicano promulgará importantes medidas e leis que irão modificar o quotidiano das mulheres portuguesas, como a Lei do Divórcio, as da Família e medidas protecionistas da maternidade, um reforço na instrução primária, com o alargamento da escolaridade obrigatória em ambos os sexos que passou dos 7 anos para os 11 anos. Todavia, podemos também considerar que apesar dos ventos de mudança, a Primeira República deixou nas feministas um “amargo na boca” por não lhes conceder o direito ao voto, talvez a maior derrota dos movimentos sufragistas e por lhes restringir algumas liberdades, patentes na Lei do Divórcio.

Após a queda da Primeira República, que como sabemos foi caracterizada por um período conturbado de grande instabilidade política e de uma conjuntura económica desfavorável, a 28 de maio de 1926, o general Gomes da Costa conduzirá um golpe que

derrubou o regime anterior, implementando a Ditadura Militar. Todavia esta será de curta duração, uma vez que em 1933, António de Oliveira Salazar, ministro das Finanças no tempo da Ditadura, ascenderá ao poder e instituindo um novo tipo de regime: o Estado Novo, através da promulgação de uma nova Constituição. (Reis, 2014: 34)

Com a instauração do Estado Novo, o papel da Mulher na sociedade será reconduzido ao de esposa, mãe e dona de casa, sendo o homem, o chefe de família, a imagem que o novo regime tentará inculcar nos jovens. Mas qual seria a opinião do chefe de Estado, António de Oliveira Salazar acerca do papel social que as Mulheres deveriam ter? Para isso, atentemos as suas declarações numa entrevista concedida a António Ferro em 1932, que defendia que:

“(...) a mulher casada, como o homem casado, é uma coluna da família, base indispensável de uma obra de reconstrução moral (...) a sua função de mãe, de educadora dos seus filhos, não era inferior à do homem (Ferro, 1932)”

No entender de Salazar, os homens e as mulheres não eram tidos em consideração como indivíduos, mas apenas membros da família, que era o núcleo principal e basilar do Estado Novo corporativo. Ainda em relação às mulheres, que segundo a visão do chefe do Governo eram a base fundamental da típica família tradicional que a ideologia salazarista defendia, elas que no regime liberal concorriam com os homens no mercado de trabalho, deveriam regressar ao lar, havendo por isso mesmo uma divisão de espaços entre homens e mulheres.

Tal como na Primeira República, as leis que regulamentavam os direitos das mulheres e a sua posição na família, baseavam-se primordialmente na Constituição de 1933. Esse mesmo texto constitucional, apesar de considerar a igualdade de todos os cidadãos perante a lei, discriminava o sexo feminino, incluindo uma cláusula que consagrava as exceções ao princípio da igualdade constitucional: “(...) salvo, quanto às mulheres, as diferenças da sua natureza e do bem da família” (Pimentel, 2001: 25-27).

O carácter discricionário do Código Civil de 1867 voltou a vigorar com o Estado Novo. O novo Código de Processo Civil de 1939 deu aos maridos o poder de exigir a entrega e "depósitos" judiciais das mulheres casadas, permitindo que o marido

“colocasse” à força a esposa em casa por solicitação judicial no caso de ela sair de casa, como se ela fosse um “fardo”. Também no mesmo Código existiam algumas limitações às mulheres tais como o de não poderem negociar, viajar para o exterior, celebrar contratos e administrar bens sem o consentimento de seus maridos.

O divórcio, concedido em pleno período da I República será anulado, devido à Concordata que o novo regime salazarista assinou com a Santa Sé, em 1940. De acordo com a Concordata, o casamento torna-se indissolúvel e todos os casados pela Igreja Católica que se separavam já não podiam voltar a casar. Só após o 25 de Abril de 1974 é que o divórcio voltará a ser legalizado.

No que diz respeito ao direito de voto, tendo sido uma das grandes reivindicações das feministas no tempo da Primeira República, o salazarismo concedeu em 1930 o direito ao sufrágio às mulheres para as eleições das Juntas de Freguesia, sendo apenas para as mulheres solteiras, maiores e emancipadas. Em 1935, e de acordo com o Decreto-Lei n.º 24 631, o sufrágio feminino passou a ser permitido às mulheres solteiras com mais de 21 anos, rendimento próprio, às chefes de família e às casadas que possuíssem um diploma secundário. Para além disso, as mulheres que pagassem uma contribuição predial também eram elegíveis para votar. A intenção do regime salazarista estender o voto também às mulheres, em determinadas condições prende-se com o facto de “angariar mais votos para que Salazar e o seu governo ganhassem sempre as eleições (Pimentel, 2007: 90-94).

Progressivamente, na década de 1950 com a modernização da economia nacional, devido aos planos de fomento económico desenvolvidos no país, teve lugar uma viragem no mercado de trabalho: 22,7% da população ativa que era constituída pelo sexo feminino, sendo que os setores da indústria têxtil, tabaqueira e vestuário foram os que mais aumentaram com a entrada de mulheres no mercado de trabalho. Esta tendência contrapôs a apologia da mulher doméstica e do seu regresso ao lar que o Estado Novo tanto incutia. Já no meio rural, o trabalho das mulheres no campo era confundido com o de donas de casa, como notara Maria Lamas na sua obra *Mulheres do Meu País* de 1948:

“No povo não há, praticamente, mulheres domésticas. Todas trabalham, mais ou menos, fora do lar. Quando não são operárias, são trabalhadoras rurais, vendedeiras, criadas de servir ou mulheres-a-dias.”

Sendo assim, o ideal de esposa doméstica só existia nas classes médias urbanas. Nas classes mais pobres, a mulher trabalhava com autoridade reconhecida do marido. (Aboim, 2011: 92-93)

Nas décadas de 1950 e 1960, a mulher portuguesa paulatinamente substituiu os homens no trabalho, uma vez que os mesmos partiram para África e emigraram e ingressaram na universidade. Contudo, as funções sociais femininas continuavam submetidas pela desigualdade existente na época. Se optassem por trabalhar às mulheres eram aconselhadas as seguintes profissões: assistentes sociais, professoras do ensino primário ou enfermeiras. Imutáveis estavam ainda as características femininas como a dedicação ao lar, ao marido e aos filhos e a caridade; os homens tinham a função de sustentar a família.

Os anos 1960 vão representar uma alteração dos hábitos e uma liberalização, ainda que tímida, dos costumes em Portugal, muito devido às tendências europeias do Maio de 68 que se farão sentir. A mulher portuguesa começou, assim, por aceder cada vez mais ao mundo do trabalho. Outro dos sinais de mudança que também começam a surtir alguns efeitos é a própria legislação e o papel que a mulher portuguesa deve ter. Assim, no Código Civil de 1967, o poder do homem continua a ser consagrado, contudo à mulher casada já lhe era possível aceder a algumas profissões liberais ou funções públicas sem o consentimento do marido. Para além disso, a mulher casada já podia dispor de um salário. Contudo as mulheres permaneciam impedidas de desempenhar certas profissões como as da carreira diplomática e magistratura. Noutras profissões, como as de enfermeira ou hospedeiras de bordo, as mulheres estavam impedidas de casar. O direito de poderem livremente viajar fora do País sem a autorização só lhes foi concedido em 1969 (Idem: 95-96).

Após 41 anos de ditadura, Portugal conheceria a 25 de Abril de 1974 um acontecimento histórico que ficaria para a memória como a Revolução 25 de Abril de 1974 ou dos Cravos, marcando um momento de viragem quer em termos políticos (uma

vez que se passou de um regime ditatorial para uma democracia), sociais (com a alteração das mentalidades e costumes dos portugueses) e económicos (com a liberalização da economia e a uma progressiva qualidade de vida nos portugueses) (Telo, 2007: 360-361). No que diz respeito à situação das mulheres e ao impacto que a democracia trouxe são de salientar as alterações jurídicas do pós-25 de Abril. Logo em 1974, o ano em que Maria de Lourdes Pintassilgo se tornava ministra dos Assuntos Sociais, eram promulgados três diplomas que possibilitariam às mulheres que concorressem à Administração Local (Decreto-Lei n.º 251/74, de 12/6), à diplomacia (Decreto-Lei n.º 308/74, de 6/6) e à magistratura judicial (Decreto-Lei n.º 492/74, de 27/9). A partir de 1975 e com o Decreto-Lei n.º 181/75 de 4 de abril, foi viabilizado o divórcio aos casados pela Igreja Católica modificando por completo o XXIV artigo da Concordata que o anterior regime tinha assinado com a Santa Sé (Pimentel, 2001: 21).

Um ano após, em 1976, foi instituída a licença de maternidade de 90 dias (Decreto-Lei n.º 112/76, de 7/6); entrou em vigor a nova Constituição da República Portuguesa que garante a plena igualdade entre homens e mulheres. Para além disso, a figura de “chefe de família”, preconizada pelo Estado Novo, desapareceu, sendo que as mulheres puderam ter no direito de família o mesmo estatuto de igualdade com o homem.

O ano de 1979 ficaria para a história de Portugal como aquele em que Maria de Lourdes Pintassilgo se tornava na primeira mulher a desempenhar o cargo de primeiro-ministro. Para além desse facto inédito no nosso país, nesse mesmo ano foi promulgado o Decreto-Lei n.º 392/79 que passou a garantir aos homens e às mulheres a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho.

Posteriormente, no último quartel do século XX assistimos à proliferação de ações legislativas referentes à condição feminina em Portugal. Dentro delas, destacam-se o Decreto-Lei n.º 400/82 de 23/09 que aplicou alterações no que diz respeito aos maus-tratos entre os cônjuges e despenalizou a prostituição; o Decreto-Lei n.º 6/84, de 11 de maio que criminalizou a prática de alguns casos de interrupção voluntária da gravidez (que só seria legalizada até às 12 semanas no Referendo de 2007); as Portarias n.º 1156/91 de 11/11, n.º 777/91, e n.º 163/92 de 13/03 que permitiu às mulheres

concorrerem ao Exército, Força Aérea e Marinha. Ainda no ano de 1993 a idade reforma passou a ser universal quer para os homens e mulheres, tendo-se estabelecido, na época, aos 65 anos de idade (Pimentel, 2001: 21-22). No ano de 1997, aquando da 4.ª revisão constitucional, Portugal adotou medidas de ação contra a discriminação em função do sexo no acesso a cargos públicos e também na promoção da igualdade de trabalho entre homens e mulheres e, dois anos depois, o Partido Socialista propôs à Assembleia da República um sistema de quotas (Proposta Lei n.º 94/VII), tendo como objetivo a promoção da igualdade nas listas eleitorais (Santos, 2011: 57).

Com a chegada do novo milénio, a mulher portuguesa passou a ser admitida nas mais variadas profissões e cargos públicos que outrora pertenciam aos homens, como por exemplo, militares, tendo por isso mesmo havido um aumento substancial do número de mulheres em cargos de chefia. Também no campo da política observamos em pleno século XXI uma maior participação feminina, existindo, nos dias de hoje, muitas mulheres que integram as listas de deputados da Assembleia da República, em grande medida devido à Lei das Quotas Parlamentares ou da Paridade, que segundo a mesma lei listas para a Assembleia da República, o Parlamento Europeu e as autarquias locais devem ser compostas por, pelo menos, 1/3 de cada um dos sexos (Proença, 2015: 736).

Como pudemos constatar, após este percurso histórico da mulher portuguesa desde a Primeira República até à atualidade, a luta feminina pela igualdade de direitos, deveres e oportunidades de trabalho perante a lei foi conseguida, havendo um considerável avanço, muito devido aos inúmeros decretos-leis que foram aprovados nesse sentido e que foram abordados neste capítulo. Todavia, as mulheres em Portugal ainda têm de continuar a lutar pois como afirmou a ex-ministra da Saúde Maria de Belém Roseira, num artigo de opinião publicado no jornal Diário de Notícias de 08 de março de 2022, a igualdade de género em Portugal está claramente mais visível entre nós, contudo os progressos são lentos, quer internamente e quer internacionalmente.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> <https://www.dn.pt/opiniao/igualdade-de-genero-cada-vez-mais-visivel-mas-progressos-sao-lentos-14657034.html>

### **1.3 A representatividade das Mulheres nos programas escolares de História**

O presente capítulo debruça-se sobre a representatividade, ou a falta dela, que os programas curriculares dão ao estudo das Mulheres numa perspectiva internacional ou nacional. Para isso, este mesmo capítulo terá como fontes as Aprendizagens Essenciais dos 7.º, 8.º e 9.º anos, como forma de analisar até que ponto o tema das Mulheres é tratado e de que forma o é, ou seja, qual o seu grau de incidência e relevância, as personalidades históricas femininas que são mencionadas e que outros temas estão ligados ao género feminino.

Antes de analisarmos a relevância das Mulheres no Ensino da História do 3.º ciclo do Ensino Básico é necessário compreendermos quais os objetivos da Escola em relação ao aluno. A Escola tem um papel fundamental na construção do ser humano, sendo um dos principais agentes de socialização e onde grande parte do dia crianças e jovens, rapazes e raparigas, convivem entre si e desenvolvem competências, relação, valores e normas sociais. É, também, neste espaço de transmissão de saber e de valores que os alunos vão se preparar para a sua vida adulta, adquirindo competências e saberes, de forma a transmiti-los às gerações futuras (Cardona et al., 2011, p. 50).

Para além disso, a Escola tem também uma função fulcral no que diz respeito ao combate à desigualdade de género, uma vez que permite às crianças e jovens promover a igualdade de oportunidades e educá-los para os valores do pluralismo e da igualdade entre géneros.

Algumas das iniciativas centradas na promoção da igualdade de género têm como objetivo mostrar aos alunos a valor do respeito pelo “outro” – independentemente do género, etnia, religião ou orientação sexual. Por outro lado reforçam o papel da mulher como figura tão válida quanto a do homem. (Cardona et al., 2011, p. 52)

Uma das iniciativas que aborda a questão da igualdade de género e que está intrinsecamente ligada ao tema do meu Relatório de Estágio é o projeto “Guiões de Educação Género e Cidadania: uma estratégia para o mainstreaming de género no sistema educativo”. Iniciado em 2008-2009, este é dirigido à comunidade escolar, mais

concretamente aos profissionais da educação de todos os ciclos do ensino, exceto para os do ensino superior. Segundo o projeto, um dos objetivos visa a transversalidade efetiva, continuada e sustentada da igualdade de género, ou seja, da igualdade entre homens/rapazes e mulheres/raparigas na educação escolar.

Posto isto, foram produzidos cinco guiões para os vários ciclos de ensino escolar. Pré-escolar; 1.º Ciclo; 2.º Ciclo; 3.º Ciclo e Ensino Secundário.<sup>2</sup>

Como o público-alvo do meu Relatório de Estágio foram alunos do 9.º ano, interessa-nos saber em que consiste o Guião de Educação – Género e Cidadania do 3.º Ciclo. Resumidamente, este Guião vai reunir alguns conhecimentos e experiências à volta de um objetivo comum, o de favorecer a aprendizagem do exercício da cidadania por parte de raparigas e rapazes. Ele responde ao desafio de converter em propostas de conhecimentos e de práticas a complexa aprendizagem de um exercício efetivo da cidadania por parte de raparigas e rapazes, livre de preconceitos de género. (Pinto et al., 2011: 03)

Depois de compreendermos qual o papel que a Escola tem no que diz respeito ao combate à desigualdade de género e quais os instrumentos ou métodos a utilizar entre os alunos, passemos a analisar de que forma as Mulheres estão representadas nos programas curriculares, através de documentos normativos como as Aprendizagens Essenciais, e no manual escolar do 9.º ano adotado pela Escola onde estagiei.

Primeiramente, é necessário explicar em que consiste o documento normativo atrás citado e que serviu de recurso para este capítulo. As Aprendizagens Essenciais constituem um documento elaborado pelo Ministério da Educação, elaboradas em Setembro de 2018, e que “identificam os conhecimentos, as capacidades e as atitudes que se pretendem atingir com a aprendizagem da História no 3.º ciclo” (Ministério da Educação, 2018: 1), sendo também um documento que planifica e organiza o ensino e aprendizagem de cada ano escolar. No caso do 9.º ano, as aprendizagens essenciais abrangem um período histórico que vai desde o limiar do século XX (com o apogeu e

---

<sup>2</sup> <https://www.cig.gov.pt/area-igualdade-entre-mulheres-e-homens/projetos/guioes-de-educacao-genero-e-cidadania/>

declínio da influência europeia) até à atualidade (com a integração portuguesa na Comunidade Europeia/União Europeia) (Ministério da Educação, 2018: 2).

Desta forma, se analisarmos atentamente o documento normativo do 9.º ano, podemos constatar que o tema mais ligado às Mulheres surge apenas no primeiro domínio, o da “A Europa e o mundo no limiar do Século XX” e no subdomínio dedicado à “Sociedade e cultura num mundo em mudança”, respeitante aos Loucos Anos 20 e num mundo do pós-I Guerra Mundial. Neste contexto, e segundo as Aprendizagens Essenciais, os alunos devem ser capazes de relacionar a I Guerra Mundial com a aceleração das transformações operadas nos comportamentos, na cultura, nas ciências, nas artes e na literatura. Para além disso, devem saber identificar ou aplicar os seguintes conceitos relacionados com o subdomínio atrás referido: Feminismo; Cultura de massas; Mass Media; Ciências Sociais; Futurismo; Abstracionismo; Modernismo (Ministério da Educação, 2018: 6-7). Como podemos constatar, o único tema que está intimamente ligado às questões relacionadas com as Mulheres surgem no contexto do pós-I Guerra Mundial e na emergência do Feminismo, sendo este o único conceito que os alunos devem saber aplicar.

E de que forma o manual escolar adotado pela escola em que estagiei trata da questão do feminismo? Qual a importância que lhe é devida? Quais as fontes históricas que foram adotadas para a análise do estudo em si? E quais as personalidades femininas escolhidas para que os alunos compreendam melhor as causas pelas quais lutavam?

De acordo com o manual “Viagem na História 9”, da Areal Editores, e que foi o adotado pela escola em que estagiei, as páginas referentes ao feminismo na década de 1920 são as 54 e 55. Nessas mesmas páginas, que pertencem ao domínio “A Europa e o mundo no limiar do Século XX”, as autoras começam por fazer uma breve contextualização da época referindo que, com o fim da I Guerra Mundial, que deixou o Mundo e a Europa em total destruição (física e mental), e numa tentativa de esquecer os horrores da mesma, os hábitos e costumes das pessoas mudaram devido ao progresso económico que se notou em alguns países, nomeadamente nos EUA, levando a novos hábitos de consumo e de sociabilidade noturna: ficando, por isso, esta época conhecida como os “loucos anos 20” ou em americano “roaring twenties” (Droz et

Rowley, 1999: 214-215). No segundo parágrafo do texto explicativo do manual são abordados assuntos ligados aos novos hábitos de sociabilidade que as sociedades ocidentais começaram a adotar como o gosto pelo desporto, a ida ao cinema, bares, cafés, cabarés, sendo que nestes espaços surgem novos estilos de dança como o foxtrot, o charleston ou a rumba. Outra grande alteração que se notou diz respeito à moda feminina, ou seja, em vez dos longos vestidos das senhoras do século XIX, na década de 1920 observa-se um corte radical no seu vestuário com saias acima do joelho, o fim do corpete e o cabelo à *garçonne*, curto, passando a dar mais liberdade ao seu corpo e fugindo mais uma vez aos arquétipos da mulher do século XIX (Lobo, 2016: 22-26).

É com a moda feminina que os autores começam a abordar mais detalhadamente a emancipação feminina e a luta pela igualdade de direitos entre os sexos. Dessa forma, os autores referem que as mulheres da classe média, mesmo ainda durante a I Guerra Mundial, foram trabalhar nas fábricas em substituição dos homens que tinham ido combater ou que tinham morrido, entrando por isso mesmo no mercado de trabalho, ganhando independência e um novo estatuto social. Durante os anos 1920, é ainda referido no manual que as mulheres passaram a tomar consciência do papel que passam a desempenhar na sociedade e conseqüentemente surgem os movimentos feministas, que na definição que as próprias autoras dão são organizações que se empenham na luta das mulheres pela conquista das mesmas liberdades e direitos que os homens (Cirne et Henriques, 2015: 54).

Depois do surgimento dos movimentos feministas, as autoras partem para a introdução de outro conceito relacionado com a temática em causa, o dos movimentos sufragistas que, nos começos do anos 1920, tinham como objetivo a igualdade jurídica e política entre homens e mulheres como o direito ao voto.

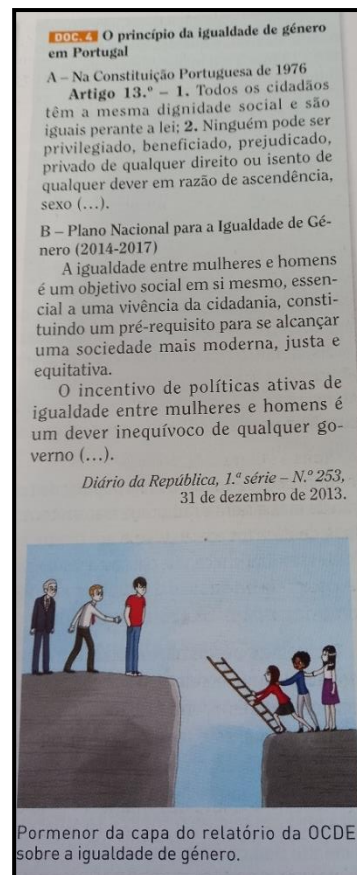
Nos últimos parágrafos da pág. 54 do manual, as autoras optaram por enumerar cinco personalidades femininas esforçadas na luta pelo feminismo e pelo sufrágio: Sara Bernhardt (atriz de teatro), Isadora Duncan (bailarina), Rosa Luxemburgo (defensora dos princípios marxistas e organização partidária), as portuguesas Carolina Beatriz Ângelo (médica e a única mulher a votar nas eleições portuguesas de 1911) e Ana de Castro Osório (escritora feminista).

A nível de estratégias de aprendizagem as autoras do manual optaram por incluir na página 55 dois textos historiográficos: o doc. 3 intitulado “A autonomia das mulheres” de Clare Lomas et al., datado de 2003, e o doc. 4 “O princípio da igualdade de género em Portugal”, do Diário da República de 2013 (ver **Figuras 1 e 2**). Enquanto o primeiro documento nos remete para a emancipação das mulheres e para o surgimento dos movimentos sufragistas; o segundo transporta-nos para a atualidade e do princípio da igualdade de género em Portugal. Para cada um dos documentos foram elaboradas três questões que são apresentadas na página 55, em que os alunos têm de ser capazes de demonstrar de que forma as mulheres se emanciparam neste período, explicar em que consistiam os movimentos sufragistas e ler o documento 4, explicando o que determina a Constituição Portuguesa no artigo 13.º e avaliar a importância da igualdade de género em Portugal nos dias de hoje, como podemos observar através da **Figura 3**.

**Figura 2 - Doc. 3 "A autonomia das mulheres"**  
(pág. 55 do manual)



**Figura 2 - Doc. 4 "O princípio da igualdade de género em Portugal"**  
(pág. 55 do manual)






**Figura 3 - Exercício "O que dizem os documentos" (pág. 55 do manual)**

|  |   |
|--|---|
| <p><b>O QUE DIZEM OS DOCUMENTOS</b><br/><b>Interpreta e Compreende</b></p> <ol style="list-style-type: none"><li><b>1. Indica</b> as alterações comportamentais ocorridas um pouco por toda a Europa após a 1.ª Grande Guerra.</li><li><b>2. Demonstra</b> de que forma as mulheres se emanciparam neste período (Docs. 1, 2 e 3).</li><li><b>3. Explica</b> em que consistiam os movimentos sufragistas (Doc. 3).</li></ol> | <ol style="list-style-type: none"><li><b>4. Refere</b> o nome da única mulher portuguesa a votar nas eleições de 1911.</li><li><b>5. Lê</b> o documento 4:<ol style="list-style-type: none"><li><b>a) explica</b> o que determina a Constituição Portuguesa no artigo 13.º.</li><li><b>b) avalia</b> a importância que a temática da igualdade de género tem na atualidade, em Portugal (Doc. 4 B).</li></ol></li></ol> |
|--|---|

Para além das duas páginas, o tema do feminismo volta a ser referido na página 73 que diz respeito à consolidação das aprendizagens e que tem como título "Põe-te à Prova II". Aqui os alunos são confrontados com uma seleção de três imagens da época (dois cartazes e uma fotografia), sendo que apenas os dois primeiros dizem respeito ao feminismo. Pede-se aos discentes que observem os documentos e que avaliem os efeitos da Primeira Grande Guerra ao nível da emancipação feminina (pergunta 5.2) como se pode notar através da **Figura 4**.

**Figura 4 - Exercício 5. "Põe-te à Prova" (pág. 73 do manual)**

**5. Observa os documentos.**

|  |  |   |
|--|--|---|
| <p><b>DOC. 5</b></p>  | <p><b>DOC. 6</b></p>  | <p><b>DOC. 7</b></p>  |
|--|--|---|

- 5.1. Identifica** o grupo social que, nas duas primeiras décadas do século XX, passou a ter um maior peso político e económico.
- 5.2. Avalia** os efeitos da 1.ª Grande Guerra ao nível da emancipação feminina (Docs. 5 e 6).
- 5.3. Destaca** a importância dos *mass media* para a emergência da cultura de massas (Doc. 7).
- 5.4.** Com base no documento 7, **assinala** os novos meios de difusão da cultura de massas.

Outro exercício de comparação interessante de se fazer através do manual é a quantidade de personalidades históricas femininas e masculinas que aparecem ou são

referidas e podemos conferir que o rol de personalidades masculinas é maior do que as femininas. Apenas Margaret Thatcher, para se abordar as medidas neoliberais nos países capitalistas (nas páginas 182 e 183), e Malala Yousufzai, ao falar-se sobre o radicalismo islâmico e o terrorismo global (páginas 203), são referidas.

Como se pode averiguar a importância que é dada ao tema das Mulheres ao longo da História do Século XX neste manual é apenas retratada em duas páginas, que dizem respeito ao feminismo da década de 1920 como já foi explicado anteriormente. No que diz respeito à liberalização sexual dos anos 1960 e 1970, este assunto é pouco explorado no manual, apenas mencionado no texto explicativo da página 166.

Relativamente às mulheres portuguesas ao longo do século XX, e que é o objeto de estudo deste meu relatório de estágio, pude constatar que o manual não dá muita importância ao tema, não o isolando mas sim remetendo-o apenas para o feminismo dos Loucos Anos 20 nas páginas já referidas anteriormente. Quanto a personalidades femininas portuguesas abordadas, apenas são citadas Carolina Beatriz Ângelo e Ana de Castro Osório, cabendo ao professor a liberdade em citar outras mulheres.

Concluindo, podemos asseverar que ao longo do 9.º ano temas relacionados com o género feminino são quase inexistentes, evidenciando por isso mesmo uma falta de representatividade das mulheres no ensino da História. Todavia, pela análise que foi feita, quer nas Aprendizagens Essenciais do 9.º ano, quer no manual, pude encontrar apenas um assunto relacionado com a mulher: o feminismo na década de 1920, que está implícito no subdomínio intitulado “Sociedade e cultura num mundo em mudança”, e em que os alunos devem ser capazes de interligar a I Guerra Mundial (um acontecimento histórico) com a aceleração das transformações nos comportamentos, na cultura, nas ciências, nas artes e na literatura. Para além disso, devem também compreender e aplicar conceitos como o feminismo ou movimentos sufragistas e distingui-los. Como refere Irene Vaquinhas no seu estudo de 1995, “(...) o exercício da cidadania passa também pela valorização do papel das mulheres na sociedade, sejam as actuais, sejam as do passado, e que, nos programas escolares, sob a capa de um discurso objetivo e universal, têm sido marginalizadas.” (Vaquinhas, 1995: 102). Ora, cabe ao professor a função de divulgar o papel das mulheres na História, ou seja, transmitir aos alunos as

etapas do seu longo percurso, de mulheres submissas a independentes e livres. Só assim é que os programas curriculares de História se tornam mais universais e equitativos.

## **2. Enquadramento prático**

Este capítulo está subordinado ao enquadramento prático do meu tema de estudo, sendo que nele farei primeiramente uma breve caracterização da escola onde tive a oportunidade de pôr em prática o meu objeto de estudo no âmbito da Prática de Ensino Supervisionada, seguidamente, o segundo ponto deste capítulo aborda o ***Projeto de Intervenção de Avaliação Pedagógica*** em que a escola esteve envolvida no âmbito do ***Projeto MAIA*** e, por último, o meu foco será à caracterização das duas turmas de 9.º ano, tendo como dados disponibilizados e cedidos pelas Diretoras de cada uma das turmas.

### **2.1 O lugar da acção – A escola e sua caracterização**

Situada na zona oriental da cidade do Porto, a escola onde exerci a minha prática profissional, e de acordo com o Projeto Educativo de 2020/2021, pertence a um agrupamento escolar que integra outros três estabelecimentos de ensino.

Tendo sido fundada em 1979, a escola integrava já há mais de 40 anos uma grande comunidade surda e crianças com necessidades educativas especiais, sendo que, atualmente, é reconhecida como uma marca no que diz respeito à educação bilingue dos alunos surdos.

Estruturalmente, o estabelecimento de ensino básico é distribuído por variados pavilhões de um só piso, à exceção do Polivalente que detém dois pisos. Sendo assim, passemos à identificação e caracterização dos diversos pavilhões que integram a escola. O Pavilhão A é composto por oito salas de aula; um laboratório de ciências experimentais; quatro armazéns; dois quartos de banho e uma sala relacionada a uma “cozinha pedagógica”. Ademais, é neste pavilhão que estão concentrados os recursos especializados somente para os alunos com necessidades de educativas especiais.

O Pavilhão B contém apenas seis salas de aula, sendo que uma delas é destinada à de informática; um laboratório; uma sala-museu de Geologia e Biologia; cinco arrecadações; um quarto de banho adaptado; dois quartos de banho e um gabinete de Matemática.

O Pavilhão C de apenas oito salas de aula dispõe, para além das mesmas, de quatro arrecadações; um Gabinete do Serviço de Psicologia e Orientação (SPO) e dois quartos de banho.

O Pavilhão D já contém mais uma sala do que o Pavilhão C, ou seja, totaliza nove; dois gabinetes destinados a sessões de terapia da fala; uma sala apenas para o estudo; uma sala-museu de surdos; uma sala de produção de materiais didáticos para os alunos com necessidades educativas especiais; três arrecadações; e dois quartos de banho. É de importância salientar que neste mesmo Pavilhão se concentram todos os recursos para o ensino bilingue dos alunos surdos.

Para além dos pavilhões atrás mencionados, este estabelecimento de ensino básico dispõe ainda de um Pavilhão Gimnodesportivo (com uma galeria, dois gabinetes e vestiários) e de um Pavilhão Polivalente de dois pisos. É neste mesmo Pavilhão que se localizam no rés-do-chão os serviços administrativos; a direção; dois arquivos; uma cantina com refeitório; uma biblioteca; uma papelaria/reprografia; sala para os assistentes operacionais; uma sala de recobro e ou gabinete de primeiros-socorros; três gabinetes pertencentes aos diretores de turma; um gabinete exclusivo para o aluno; uma sala de informática, um bar exclusivo para os alunos; um anfiteatro com capacidade para 72 pessoas; uma sala onde funciona o projeto “Frequência Bilingue Precoce” e casas de banho entre as quais uma adaptada para pessoas com mobilidade reduzida. Quanto ao 1.º piso, este mesmo dispõe em espaço/convívio para pessoal docente e não docente; uma biblioteca para os professores; uma casa de banho e uma sala reservada apenas para reuniões de professores.

No que diz respeito ao acesso a Internet e material tecnológico é de ressaltar que todo o edifício escolar tem acesso ao Wi-Fi por cabo e Wireless e que todas as salas possuem um computador e um videoprojector, sendo que somente treze salas de aulas detêm quadros interativos de multimédia, mais conhecidos, por QVM.

Outras informações que são de sublinhar em relação ao estabelecimento de ensino onde estagiei é de que todo o recinto escolar dispõe de um sistema de alarme e de videovigilância e possui vastos espaços ajardinados e um campo de jogos predestinado à prática de modalidades desportivas (individuais/ou por equipas). A nível de controle de entrada e saída dos alunos, a mesma é feita junto ao portão principal do recinto escolar ou por cartão eletrónico que cada aluno dispõe (Projeto Educativo, 2021: 5-6).

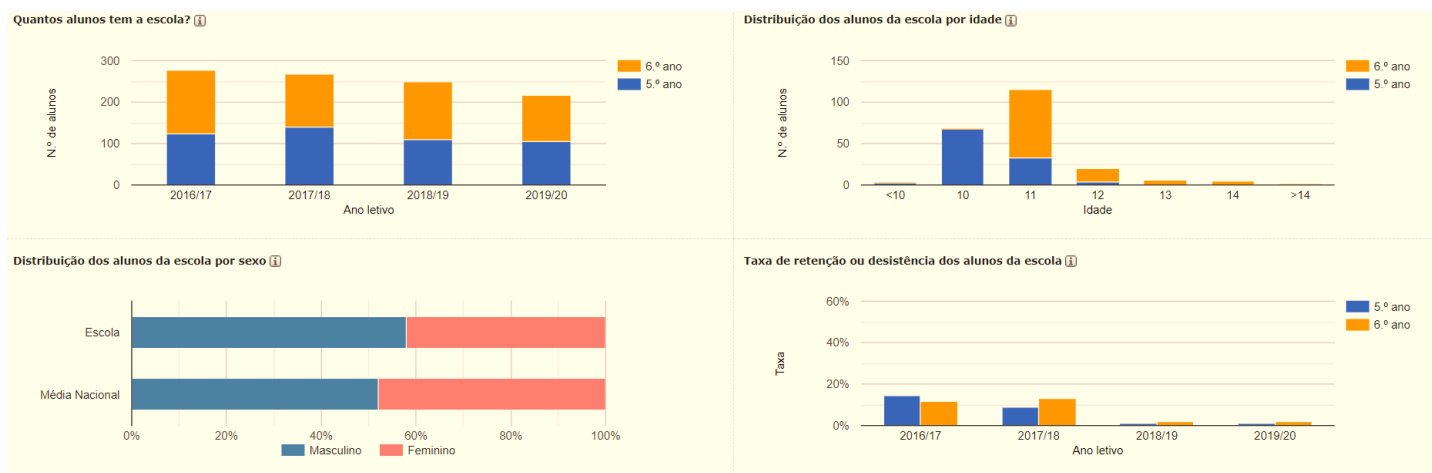
O estabelecimento de ensino vai do 5.º ano de escolaridade até ao 9.º ano, sendo que o 5.º possui sete turmas, o 6.º oito turmas; o 7.º quatro; o 8.º apenas duas turmas, e por último, o 9.º quatro turmas.

Ainda, de acordo com o site Info Escolas do Ministério da Educação, este estabelecimento escolar, no ano letivo 2019/2020, perfazia num total de 368 alunos, sendo que o 6.º ano era o que detinha a grande fatia da comunidade discente: 112 alunos inscritos e, no pólo oposto, o 8.º detinha apenas 38 alunos.

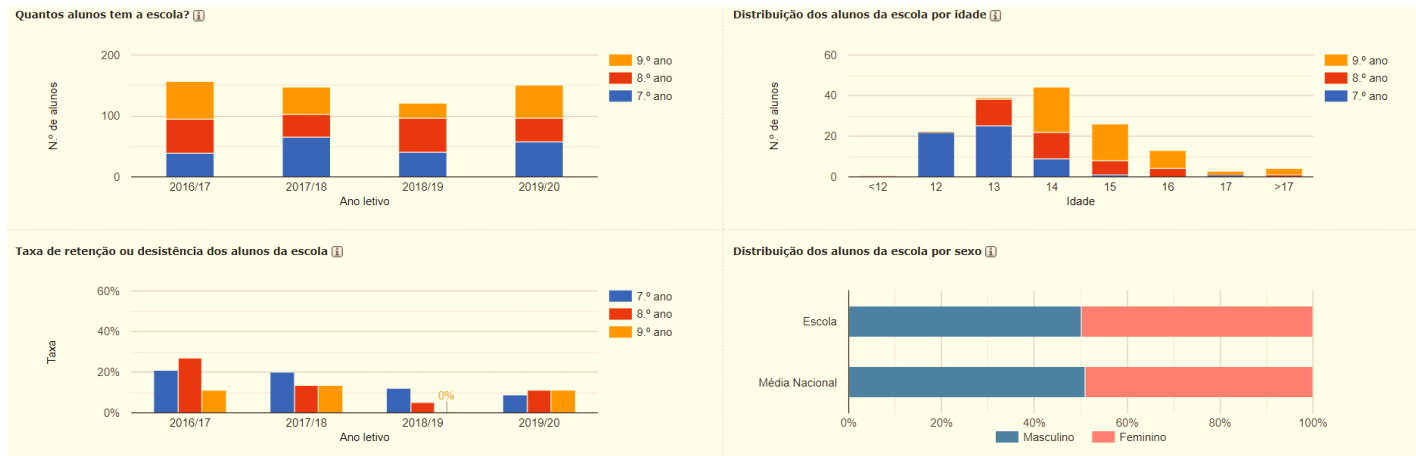
Quanto à distribuição dos alunos por faixa etária, a maioria das idades situa-se entre os 10 e os 17 anos, do 5.º ano até ao 9.º.

No que diz respeito à distribuição dos alunos por sexo no 2.º ciclo do Ensino Básico (do 5.º ao 6.º ano), 58% pertencem ao sexo masculino, enquanto 42% ao feminino; por outro lado, no 3.º ciclo, ou seja, do 7.º ano de escolaridade até ao 9.º ano podemos assistir a um empate na dita distribuição (50% para o masculino e feminino). Outro dado curioso que podemos reter remete para a taxa de retenção ou desistência dos alunos da escola, o refere ao ano letivo de 2019/2020, no 2.º ciclo, a taxa rondava os 1%-2% (5.º e 6.º anos) e no 3.º ciclo os 9%-11% (7.º, 8.º e 9.º anos).

**Gráfico 1 – Dados referentes ao 5.º e 6.º ano**



**Gráfico 2 – Dados referentes aos 7.º, 8.º e 9.º ano**



Atualmente assistimos a um mundo em constante mutação e em que a tecnologia avança a passos largos, tornando-se cada vez mais inovadora, por isso mesmo, é necessário que a Escola e os professores acompanhem tal nova realidade e que sejam capazes de preparar melhor as crianças e jovens para que futuramente estejam aptos para enfrentarem melhor a nova realidade digital e tecnológica. Para além disso, a escola precisa radicalmente de mudar a forma como se aprende em

ambiente de sala de aula, respondendo assim melhor às novas tecnologias e acompanhando-as.

Com esta breve introdução sobre a necessidade que a Escola tem de se reinventar devido às novas tecnologias e a uma sociedade cada vez em constante transformação, o estabelecimento de ensino implementou durante o meu regime de estágio um Projeto de Intervenção de Avaliação Pedagógica no âmbito do **Projeto MAIA** (Monitorização, Acompanhamento e Investigação em Avaliação Pedagógica). Resumidamente **o Projeto de Intervenção de Avaliação Pedagógica** tem como principais objetivos:

- Facilitar a reflexão no que respeita aos procedimentos de avaliação com o objetivo de melhorar;
- Reestruturar e/ou alterar as práticas de avaliação vigentes;
- Melhorar as aprendizagens e desenvolver a avaliação como processo pedagógico para apoiar as aprendizagens e o ensino;
- Induzir e inovar dinâmicas pedagógicas, didáticas e organizativas - Ser um documento orientador das práticas pedagógicas e avaliativas para todo o Agrupamento (todas as disciplinas e todos os níveis de ensino);
- Promover uma mudança progressiva no paradigma da avaliação;
- Promover a inclusão e a equidade.

A avaliação deste Projeto é, assim, enquadrada por três documentos normativos: o Projeto Educativo do Agrupamento (PE), o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (PASEO) e as Aprendizagens Essenciais (AE) de cada disciplina.

E qual seria a política de avaliação definida pelo PE? De acordo com o Projeto atrás supracitado, a avaliação deverá ser fundamentada por dois tipos de modalidade, a saber: a formativa (onde se insere também o feedback) e a sumativa ou também denominada de avaliação das aprendizagens).

A modalidade de avaliação formativa é caracterizada por ser um processo contínuo e que nos permite conhecer melhor o nível de desenvolvimento dos alunos, ou seja, as atitudes, os saberes e as aprendizagens. Para além disso, proporciona indicações necessárias para o que fazer a seguir. Como se pode constatar, este tipo de avaliação tem como foco principal o aperfeiçoamento do processo de ensino e de aprendizagem. Ademais, a avaliação formativa, e segundo o PIAP, assenta nos seguintes propósitos:

- Interessa-se mais pelo processo do que pelos resultados;
- Coloca o aluno no centro da sua aprendizagem;
- Permite diferenciar o ensino;
- Serve para o professor reorientar a aprendizagem através da recolha de informação;
- Serve para o aluno autorregular as suas aprendizagens;
- É ípsativa e criterial;
- É orientada para melhorar e para aprender e não para classificar.

A avaliação sumativa visa a classificação e certificação sendo pontual, ou seja, ocorre em certos momentos pré-definidos e calendarizados, criterial e normativa e produz informação necessária sobre o que se considerou importante ter sido aprendido pelos alunos. Para que esta avaliação seja instrumentalizada, serão postas em prática diversas tarefas aos alunos, estando estabelecidas rubricas de avaliação com descritores de desempenho, que poderemos observar atentamente na seguinte tabela um exemplo.

**Tabela 1 – Exemplo de rubrica de avaliação**

| CRITÉRIOS<br>Subcritérios  | Descritores de Desempenho   |   |   |  |   |
|--|---|---|---|--|---|
|  | Nível 5   | 4   | Nível 3   | 2  | Nível 1   |
| <b>CONHECIMENTO</b><br>Subcritérios:<br>- Aquisição<br>- Compreensão<br>- Aplicação  | Adquire e compreende com muita facilidade os conhecimentos específicos (científicos, técnicos e tecnológicos).  | Nível Intermediário   | Adquire e compreende com alguma facilidade os conhecimentos específicos (científicos, técnicos e tecnológicos).   | Nível Intermediário  | Não adquire nem compreende os conhecimentos específicos (científicos, técnicos e tecnológicos). |
|  | Aplica o conhecimento, com rigor, em contextos específicos e áreas de aprendizagem diversificadas.  | Nível Intermediário   | Aplica, razoavelmente, o conhecimento em contextos específicos e áreas de aprendizagem diversificadas.  | Nível Intermediário  | Não aplica o conhecimento em contextos específicos e áreas de aprendizagem diversificadas.      |
| <b>COMUNICAÇÃO</b><br>Subcritérios:<br>- Correção<br>- Clareza<br>- Domínio da linguagem específica  | Comunica com elevada correção e clareza recorrendo a várias formas de representação e/ou à expressão escrita, oral e gestual, utilizando os meios e recursos adequados a cada situação. | Nível Intermediário   | Comunica com correção e clareza recorrendo a várias formas de representação e/ou à expressão escrita, oral e gestual, utilizando alguns meios e recursos adequados a cada situação. | Nível Intermediário  | Comunica sem correção e sem clareza.  |
|  | Domina a linguagem específica de cada disciplina.   | Nível Intermediário   | Utiliza razoavelmente a linguagem específica de cada disciplina.  | Nível Intermediário  | Raramente utiliza a linguagem específica de cada disciplina.                                    |
| <b>RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS</b><br>Subcritérios:<br>- Interpretação e análise da informação<br>- Adoção de estratégias adequadas<br>- Análise crítica                  | Interpreta e analisa corretamente a informação, organizando e selecionando a mais pertinente e adequada.  | Nível Intermediário   | Analisa e interpreta com alguma dificuldade a informação, nem sempre organizando e selecionando a mais pertinente e adequada.   | Nível Intermediário  | Não analisa nem interpreta corretamente a informação.   |
|  | Adota, com muita facilidade, as estratégias adequadas à resolução de problemas, mobilizando conhecimentos.  | Nível Intermediário   | Adota, com alguma facilidade, as estratégias adequadas à resolução de problemas, mobilizando alguns conhecimentos.  | Nível Intermediário  | Não adota as estratégias adequadas à resolução de problemas.                                    |
| <b>DESENVOLVIMENTO PESSOAL E INTERPESSOAL</b><br>Subcritérios:<br>- Responsabilidade<br>- Cooperação<br>- Autonomia<br>- Empenho<br>- Autoavaliação<br>- Organização | Análise criticamente os resultados obtidos.   | Nível Intermediário   | Análise criticamente alguns dos resultados obtidos.   | Nível Intermediário  | Não analisa os resultados.  |
|  | Adequa, de forma exemplar, atitudes e posturas a espaços e diferentes contextos de trabalho, revelando grande nível de responsabilidade.  | Nível Intermediário   | Adequa, de um modo satisfatório, atitudes e posturas a espaços e diferentes contextos de trabalho, apresentando algumas falhas ao nível da responsabilidade.                        | Nível Intermediário  | Não cumpre as regras estabelecidas e não é responsável.   |
|  | Coopera muito bem com os outros, trabalhando em equipa e valorizando as diferentes perspetivas, de forma a obter consensos.   | Nível Intermediário   | Coopera com os outros, trabalhando em equipa e aceitando as diferentes perspetivas, nem sempre conseguindo obter consensos.   | Nível Intermediário  | Não coopera nem aceita a opinião dos outros.  |
|  | Demonstra muita autonomia e muito empenho.  | Nível Intermediário   | Demonstra alguma autonomia e empenho.   | Nível Intermediário  | Demonstra muito pouca autonomia e nenhum empenho.   |
| Reflete sobre o seu desempenho, identifica as dificuldades e os aspetos a melhorar.  | Nível Intermediário   | Reflete sobre o seu desempenho e identifica as dificuldades.                      | Nível Intermediário   | Não reflete sobre o seu desempenho.  |   |
| É muito organizado e procura soluções perante as dificuldades.   | Nível Intermediário   | É razoavelmente organizado e nem sempre procura soluções perante as dificuldades. | Nível Intermediário   | Não é organizado nem procura soluções para ultrapassar as suas dificuldades. |   |

## 2.2. Os alunos – A caracterização das turmas envolvidas

Depois de contextualizado e caracterizado o estabelecimento de ensino onde decorreu o estágio pedagógico, passemos à descrição das duas turmas do 9.º com as quais desenvolvi o meu trabalho.

É importante ressaltar que não estive sozinho durante o meu estágio e sim acompanhado de uma colega do mesmo Mestrado sendo que a cada um de nós foi atribuída uma turma em conjunto com o Orientador Cooperante, o regente da disciplina de História, numa reunião a 22 de setembro de 2021. Nessa reunião foi decidido que a minha colega de estágio ficaria com a regência da turma do 9.º A, enquanto a mim me foi atribuída a turma do 9.º B.

Como já mencionei anteriormente, embora nos tivesse sido atribuído a cada um de nós a regência de duas turmas, o meu objeto de estudo, para efeitos deste Relatório de Estágio, foi posto em prática nas duas turmas do 9.º, em concordância com a minha

colega de estágio que lhe foi atribuída a turma do 9.º A. Vale ainda sublinhar que as aulas quer do 9.º A e quer do 9.º B decorriam às terças e quintas em horários diferentes.

Sendo assim, começemos por caracterizar a turma do 9.º A que era tutelada pela minha colega de estágio. Esta turma era constituída por 20 alunos (9 do sexo masculino e 11 do sexo feminino). A idade média dos alunos variava entre os 13 e os 17 anos. Outros dados relevantes a reter são os da proveniência dos alunos, sendo que 8 alunos vinham de uma turma do 8.º e 10 de outra turma do mesmo ano; para além disso, nesta turma existiam dois alunos que vinham de fora de Portugal (1 aluno do Brasil e 1 aluna de Angola). No que concerne ao número de alunos com medidas seletivas e adicionais, havia apenas 4 alunos que eram abrangidos pelas ditas medidas. Quanto ao grau de parentesco dos Encarregados de Educação, é de notar que 16 alunos tinham a Mãe como Encarregada de Educação; 2, o Pai e 1, a Tia.

A turma do 9.º B, e à qual eu lecionei, uma vez que me coube a regência das aulas a essa turma, era composta por 19 alunos (10 do sexo masculino e 9 do feminino). A idade média dos alunos rondava os 14/15 anos. Quanto à proveniência dos mesmos: 14 vinham de uma mesma turma do 8.º; 3 alunos vinham de 3 escolas diferentes do concelho do Porto; 1 aluna vinha de fora do Porto e outro de uma escola do distrito de Aveiro. Em relação ao número de alunos que eram abrangidos pelas medidas seletivas e adicionais apenas 5 pertenciam a esse grupo. Tal qual a turma anterior, a do 9.º A, o grau parentesco dos Encarregados de Educação pertencia na sua maioria às Mães (13 alunos) e apenas 3 ao Pai e outros.

Ao nível das atitudes dentro da sala de aula, ambas as turmas eram muito diferentes entre si. A turma do 9.º A, pelo que observei nas aulas lecionadas pela minha colega de estágio, era bem-comportada e respeitadora, mas os alunos participavam muito pouco, havendo, de vez em quando um/a ou outro/a aluno/a que intervinha assertivamente às questões que eram colocadas pela minha colega. A turma do 9.º B era oposta em relação ao 9.º A por ser mais participativa, chegando por vezes ser caótica e desordeira, ou seja, não levantavam a mão quando queriam intervir, mesmo quando lhes era pedido em todas as aulas que o fizessem. Para além disso, nas minhas primeiras aulas, a turma tinha um comportamento inadequado dentro da sala de aula quando

chegava do recreio, fazendo com que atrasássemos o início da aula. Para além disso, existiam por vezes as chamadas conversas paralelas entre os alunos, dado que falavam uns com os outros, desestabilizando assim a aula e quem quisesse aprender ou escutar o que estava a ser lecionado. Contudo, ao longo do meu ano de estágio, consegui aos poucos controlar e manter a ordem da turma e “prender” a atenção dos alunos à matéria de cada aula que regia.

## **2.3 Da teoria à prática**

Neste capítulo serão apresentados e explicados o processo e desenvolvimento da metodologia de trabalho aplicada, identificados os instrumentos utilizados para pôr em prática o meu objeto de estudo que relembro, uma vez mais, incide sobre a temática do estudo da Mulheres Portuguesas desde a Primeira República (1910) até aos nossos dias (séc. XXI). Paralelamente, justificarei o porquê de ter recorrido a certos tipos de instrumentos de trabalho e quais os resultados decorrentes dos mesmos nas duas turmas em que apliquei os recursos.

### **2.3.1. O questionário inicial**

Como forma de tentar perceber qual a perceção que os alunos de ambas as turmas (9.º A e 9.º B) tinham acerca dos direitos das mulheres e da igualdade de género na atualidade, o meu primeiro instrumento de trabalho foi a aplicação de um questionário inicial para levantamento das ideias prévias. Para além disso, outro motivo pelo qual optei por fazer um questionário dessa natureza foi incutir nos alunos o pensamento crítico e que rejeitassem toda a forma de discriminação sexual.

No que toca à construção deste inquérito, decidimos colocar sete questões. Optámos por essa quantidade de perguntas, uma vez que o público-alvo do meu objeto de estudo era alunos do 9.º ano com idades entre os 13 e 17 (nas duas turmas), criando assim num questionário não muito extenso (1 página), de fácil de compreensão e incisivo naquilo que é interrogado. Quanto ao formato deste questionário e em conversa prévia com a minha orientadora optou-se por fazê-lo em formato *Word*, para que todos os alunos pudessem responder e entregá-lo pessoalmente após terem respondido às

questões. Inicialmente pensou-se construir o questionário em formato eletrónico, via *Google Forms*, porém essa ideia foi descartada, pois queríamos simplificar o método aplicado e ter um feedback “na hora”.

Em relação à natureza das questões decidimos que deviam ser de vocabulário acessível a alunos de 9.º ano que possuem certas dificuldades acerca do significado das palavras. Para além disso, houve especial atenção aos alunos com medidas adicionais e seletivas que poderiam não compreender o que lhes era pedido, daí a necessidade de tornar mais compreensível este questionário. Para a primeira questão deste nosso questionário inicial decidimos inquirir os alunos se consideram que a igualdade de direitos entre homens e mulheres sempre existiu ao longo da História. Com esta questão tentou-se averiguar se a opinião dos estudantes acerca do percurso da luta pela igualdade de direitos na História. Nesta pergunta as respostas possíveis seriam: “Sim” ou “Não”, sendo que os alunos colocariam um x na resposta que mais lhe convinha.

A segunda questão pretendia saber se, de acordo com os alunos, atualmente a lei portuguesa consagrava a igualdade de direitos. Como podemos conferir nesta questão quisemos perceber se os alunos estavam a par da legislação portuguesa no que toca à igualdade de direitos. Uma das dificuldades, no momento da resolução do questionário, prendeu-se com a palavra “consagrar”, dado que grande parte dos inquiridos desconhecia o significado, o que levantou algumas dúvidas. Porém, após a clarificação do conceito, os estudantes souberam responder à questão. Tal como a primeira questão, as hipóteses de respostas eram também “Sim” ou “Não”.

A terceira pergunta “Consideras que existe uma igualdade salarial entre homens e mulheres?” seguia o mesmo tipo de questão levantada na primeira pergunta, ou seja, se na opinião dos alunos existia em atualmente uma igualdade a nível salarial.

Na quinta questão, foi inquirido aos alunos do 9.º A e B se concordavam que devam ser as mulheres a realizar a maior parte das tarefas domésticas. Nesta questão, o tipo de resposta que os alunos deveriam optar era diferente das perguntas anteriores: “Discordo totalmente”; “Discordo”; “Concordo” e “Concordo totalmente”.

As duas últimas perguntas, a 6.ª e a 7.ª, eram já de um grau de dificuldade elevada, uma vez que levantaram grandes dúvidas nos alunos em relação ao que lhes

era questionado, por exemplo na última pergunta: “7. Achas que a vida familiar dos homens e das mulheres tem consequências diferentes na vida profissional de cada um?”, muitos dos discentes não entenderam bem o que se pretendia saber.

Após a preparação deste questionário passou-se à aplicação no último dia de aulas da disciplina de História do 1.º período (16 de dezembro de 2021). As duas turmas foram “postas à prova”. Num primeiro momento foi-lhes explicado qual o tema do meu Relatório de Estágio que ia trabalhar com eles nas próximas aulas de História e em que momentos ia decorrer. Continuamente, procedeu-se à entrega dos questionários, uma breve explicação e a leitura das perguntas. No que diz respeito à receptividade dos alunos face a este questionário, pude observar que ambas as turmas reagiram bem e cumpriram o que lhes foi pedido. Como o questionário, que se encontra visível nos Anexos, focava mais a questão dos direitos da Mulher e a igualdade de género foi curioso notar que os alunos do sexo feminino de ambas as turmas tinham mais opinião formada que os rapazes mesmo após terem respondido às questões e tinham a concepção que atualmente ainda existe desigualdade de género, quer a níveis salarial e laboral.

### **2.3.2. As Mulheres na Primeira República – Aula e Ficha Formativa**

A primeira aula temática teve como título “As Mulheres na I República” (**Figura 5**) e foi lecionada nas duas turmas (9.ª A e 9.ª B) no dia 10 de fevereiro de 2022 às 14h20-15h10 (9.ª A) e 15h20-16h10 (9.ª B). Esta aula vem no seguimento dos conteúdos referentes à implantação da República, lecionada nas aulas anteriores, daí a necessidade de a enquadrar nesta aula.

E qual foi o plano pensado para que esta aula temática fosse apelativa para alunos do 9.º ano? Uma vez que ambas as aulas tinham uma duração curta (50 mins.) tentou-se fazer uma breve contextualização sobre a condição da Mulher nos princípios do século XX, os deveres que tinham e que estavam patentes na legislação portuguesa da época, uma definição de feminismo e as causas defendidas pelas feministas, a abordagem sintética dos primeiros movimentos feministas em Portugal e as conquistas e derrotas que se fizeram sentir neste período. Paralelamente, e como abordarei mais

adiante, para que os alunos se sentissem totalmente atentos à aula, foi-lhes fornecida uma ficha formativa, em que iam respondendo ao que lhes era pedido.

Posto isto, passemos ao “roteiro” propriamente dito desta aula e convido-vos a viajar no tempo e no espaço tal como o fiz com as duas turmas já acima referidas.

O primeiro momento da aula foi uma breve abordagem do que era ser mulher antes da Primeira República, ou seja, nos anos finais da Monarquia Constitucional e, para isso, optámos por comparar duas realidades distintas no feminino: a Mulher Camponesa e a Mulher da Alta Burguesia. Como estratégia de aprendizagem para este momento inicial da aula foi feita uma leitura comparativa das diferenças sociais existentes recorrendo a dois textos de Susana Serpa Silva, da obra *História da Vida Privada em Portugal. A Época Contemporânea* (2011), coordenada por Irene Vaquinhas, especialista em história das mulheres e do género. Os dois textos abordavam essencialmente o quotidiano da mulher camponesa e o da alta burguesia, que no caso da primeira conciliava as tarefas domésticas com os árduos trabalhos do campo, no da segunda, o seu dia-a-dia era repartido entre a orientação da vida doméstica, com a educação dos seus filhos, as idas à ópera, teatro, bailado, visitas sociais e o cultivo do exercício dos labores (como bordar, coser) e os dotes musicais (o canto, o piano). Na ficha formativa distribuída aos alunos foi-lhes pedido que lessem os documentos e caracterizassem o quotidiano destas duas realidades tão distintas no período final da nossa Monarquia Portuguesa.

O segundo segmento da aula foi dedicado à leitura e interpretação de um excerto do Código Civil de 1867. A intenção para esta estratégia de aprendizagem foi o de “chocar” nos alunos os vexatórios deveres que estavam consignados às mulheres, sempre aos “olhos da época” e nunca fazendo juízos de valor e evitando o presentismo, ou seja, a imposição de ideias do presente aos atores do passado. Para além da leitura do excerto, foram fornecido alguns dados sobre o contexto histórico da produção do Código e o porquê de também ser chamado de Código de Seabra. Esta parte da aula foi a que suscitou mais entusiasmo e uma certa indignação por parte dos alunos, mais evidente nas raparigas, que se mostraram revoltadas com os deveres que o legislador consignava ao sexo feminino. O meu papel nesta situação foi o de incutir nos jovens a

necessidade de compreender o contexto histórico para responder a questões relacionadas com o motivo pelo qual as pessoas pensavam daquela maneira, mesmo que as suas ações pareçam, à primeira vista, irracionais ou inexplicáveis, ou diferentes do que teríamos pensado, como defende Peter Seixas no livro *The Big Six*. Após a leitura do excerto dedicado ao Código Civil foi pedido aos alunos que, de acordo com o dito excerto, referissem dois deveres das mulheres e, confrontando com a atualidade, se consideravam que, apesar de não estarem consignados na lei, existiriam mulheres que tinham de cumprir estes deveres, justificando a sua resposta.

No terceiro momento da aula foi introduzido o conceito de “feminismo”. Para que os alunos de ambas as turmas conseguissem compreender a definição deste conceito, que está patente nas Aprendizagens Essenciais do 9.º ano, no subdomínio da “Sociedade e cultura num mundo em mudança” e que seria abordado nas aulas subsequentes, foi-lhes lida uma passagem da obra *Às Mulheres Portuguesas* (1905), um documento histórico, considerado um dos primeiros manifestos do movimento feminista português, da autoria de Ana de Castro Osório, célebre feminista e ativista republicana portuguesa. Nesse mesmo excerto, a autora consciencializava as suas potenciais leitoras da luta pela causa feminista e a necessidade de se unirem para a libertação das mulheres, apesar de, à época, continuarem a serem alvo de chacota de alguns homens que não entendiam o significado da palavra “feminismo” (Mariano, 2011: 41). Aos alunos foi-lhes pedido que, lendo atentamente o excerto citado, enumerassem as causas pelas quais os movimentos feministas lutavam. Mais uma vez, nesta pergunta tentava-se inculcar nos jovens a perspetiva de um “ator” histórico (Ana de Castro Osório) para que justificassem os seus motivos (Seixas, 2013: 136-138).

Após a breve definição do conceito “feminismo”, a aula prosseguiu com uma exposição oral acerca dos primeiros movimentos feministas que surgiram em Portugal seguindo uma linha cronológica, que se inicia com a criação em 1909 da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas e termina no ano de 1916, data em que a Alemanha declara guerra a Portugal, levando à sua entrada na I Guerra Mundial e à fundação da Cruzada das Mulheres Portuguesas, a 20 de março de 1916. À medida que ia apresentando aos alunos os movimentos feministas atrás citados, chamava-os à atenção aos objetivos de

cada movimento, assim como as ilustres personalidades femininas integradas, transmitindo-lhes, assim, a relevância histórica deste movimento pioneiro em Portugal e as causas e consequências que trarão no quotidiano das mulheres da época.

De forma a tornar a aula mais diversificada em tipo de fontes, no seguinte momento da aula assistiu-se uma reportagem de 3:47 minutos (fonte audiovisual) intitulada “O Feminismo em Portugal” extraída do programa “Câmara Clara” (RTP2, 2008) e que se encontra disponível no site da RTP Ensina. Com esta reportagem, a intenção era de os alunos conhecessem mais acerca dos primeiros movimentos feministas em Portugal, através da intervenção de uma historiadora especialista em História da I República e das Mulheres, Maria Alice Samara. Contudo, a visualização desta reportagem não surtiu os efeitos desejados numa das turmas, a do 9.º B, uma vez que a imagem do vídeo não funcionava ficando apenas o áudio, o que levou a que muitos alunos se sentissem desmotivados e desatentos. A primeira parte desta aula (em ambas as turmas) terminou exatamente neste ponto, devido à duração da aula ter sido de 50 minutos e alguns atrasos fizeram com que não cumprisse o que tinha sido planificado.

A segunda parte desta aula temática ocorreu em dias diferentes nas duas turmas: a turma do 9.º A no dia 22 de fevereiro de 2022 (terça-feira), o 9.º B no dia 15 de fevereiro de 2022 (também numa terça-feira). Como na aula antecedente, terminei com a reportagem sobre o feminismo em Portugal retirado do programa “Câmara Clara” (RTP2) e depois de em casa ter detetado o problema técnico da aula anterior, nesta segunda aula resolvi começar abrindo a página web em que retirei o vídeo. Para além disso, à medida que o vídeo ia sendo visualizado, fazia pequenas pausas colocando questões aos alunos acerca da reportagem. Os resultados foram moderadamente satisfatórios, uma vez que os alunos desta vez estavam mais focados e interessados. Na ficha formativa optei por colocar três questões relativas ao vídeo já atrás referido e que foram: “Para a historiadora Maria Alice Samara, qual foi a personalidade feminina mais marcante na sociedade portuguesa nos anos 1920?”; “Porquê?”; “De acordo com a reportagem, que influência tiveram as feministas na sociedade portuguesa?”.

Seguidamente foi abordado em ambas as aulas as conquistas que as Mulheres alcançaram durante a I República em 1910. Neste segmento da aula foi mostrada às

duas turmas uma reportagem extraída, mais uma vez do programa “Câmara Clara” da RTP2, disponível no site da RTP Ensina. Como forma de consolidarem as aprendizagens relativamente a este vídeo, na ficha formativa foram colocadas duas questões: “Quais foram as mudanças mais marcantes para as mulheres ocorridas durante a Primeira República?” e “Qual era o direito, referido no excerto da reportagem, que ainda estava vedado às mulheres?”

O diapositivo seguinte da segunda parte desta aula temática referia-se a um breve esquema elaborado por mim em que estavam elencadas algumas das conquistas das Mulheres na I República, com destaque para a Lei do Divórcio (03/11/1910); as Leis da Família (25/12/1910); a Lei da Separação do Estado e da Igreja. Para além disso, as mulheres passam a poder trabalhar na função pública e a escolaridade obrigatória em ambos os sexos é estendido dos 7 para os 11 anos.

Para o último momento da aula decidi destacar uma personalidade feminina da época em e fazer com os alunos uma viagem no tempo, abordando a obra e vida da pessoa, destacando os seus feitos e o porquê de ter sido marcante para a época e para a sociedade. Vale a pena ressaltar que nas aulas temáticas seguintes (As Mulheres no Estado Novo e na Democracia) também optei por seguir esta estratégia, a de destacar uma mulher que tenha marcado o seu tempo. Para esta aula a personalidade feminina escolhida foi Carolina Beatriz Ângelo, médica-cirurgiã, ativista e sufragista e que foi a primeira mulher a operar no Hospital de São José em Lisboa e a votar em Portugal. As fontes utilizadas para abordar a vida e os feitos desta mulher foi uma cronologia retirada do manual *Um Novo Tempo da História – 12.º Ano* da Porto Editora. Nela são retratados os momentos-chave da vida de Carolina Beatriz Ângelo desde ao seu nascimento (a 16 de abril de 1878), passando pela conclusão dos seus estudos na Escola Médico-Cirúrgica em Lisboa (1901) com louvores e distinção, pela cofundação de alguns dos vários movimentos feministas em Portugal (1906-1908), até à sua morte no dia 03 de outubro de 1911. Seguidamente, foi mostrado aos alunos um pequeno vídeo (retirado da RTP Arquivos de 3:53) explicativo da vida de Carolina Beatriz Ângelo.

No final da aula, regressei à ficha formativa explicando aos alunos o último exercício, ao qual dei o título “Exercício de Escrita Criativa” (**Figura 8**). Nele propus aos

discentes que, recorrendo ao PowerPoint que disponibilizei no Google Classroom de ambas as turmas, imaginassem ser uma líder sufragista e teriam de enviar uma carta (c. 10 linhas) a um dirigente político, na qual teriam de referir as desigualdades de género que se faziam sentir na época, que contassem a forma pouco digna como as autoridades lidavam com o movimento e que apelassem à urgência do direito ao voto feminino.

Após a explicação deste último exercício, pedi aos alunos das duas turmas que realizassem a ficha formativa e que me entregassem até à aula seguinte.

**Figura 5 – Diapositivo 1 da aula “A Mulher na Primeira República”**



**Figura 6 – Diapositivo “Os deveres da Mulher na legislação - O Código Civil de 1867”**

**Os deveres da Mulher na legislação  
O Código Civil de 1867**

- ✓ 1º Código Civil em Portugal
- ✓ Aprovado em 1867; em vigor a partir de 1868
- ✓ Também designado de Código de Seabra

Art.º 1185 – Prestar obediência ao marido, enquanto àquele incumbia proteger e defender a pessoa e os bens da mulher.

Art.º 1186 – Tinha a obrigação de acompanhar o marido.

Art.º 1187 – Se era autora não podia publicar escritos sem o seu consentimento.

Arts.º 1192, 1194 e 1196 – Precisava da sua autorização para exercer profissão, comércio, adquirir bens (...).

Art.º 461 – O marido pode abrir as suas cartas ou papéis

*Código Civil Português de 1867 (adaptado)*

**Figura 7 – Cabeçalho e exercício 1 da Ficha Formativa**

FICHA FORMATIVA  
**A Mulher na Primeira República**

NOME: \_\_\_\_\_ Nº \_\_\_\_\_  
TURMA: \_\_\_\_\_

1. Lê atentamente os seguintes documentos.

"No mundo rural, dominante no Portugal monárquico e republicano (...) o dia-a-dia, tanto, para as casadas, como para as jovens solteiras, era repartido entre as tarefas domésticas e os árduos trabalhos do campo. Cozinhar, coser, tratar das crianças e dos animais, participar nas sementeiras, nas colheitas e na venda dos produtos agrícolas eram tarefas essenciais."

SILVA, Susana Serpa (2011) – "Sonhos e ideais de vida. Sonhos privados/sonhos globais". In MATTOSO, José; VAQUINHAS, Irene, coord. – *História da Vida Privada em Portugal. A Época Contemporânea*

"Ao longo do século XIX e durante a primeira metade do século XX, as senhoras da alta sociedade portuguesa (...) repartiam o seu quotidiano entre a orientação da vida doméstica, o cuidado com a educação dos filhos, (...) o convívio das visitas, dos serões e bailes, das idas ao teatro, à ópera ou aos clubes (...). Além disso, cultivavam o exercício dos labores e o aperfeiçoamento dos dotes musicais."

SILVA, Susana Serpa (2011) – "Sonhos e ideais de vida. Sonhos privados/sonhos globais". In MATTOSO, José; VAQUINHAS, Irene, coord. – *História da Vida Privada em Portugal. A Época Contemporânea*

1.1. Como é que se caracteriza o quotidiano da mulher camponesa e o da mulher da alta sociedade?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

### **Figura 8 – Exercício de Escrita Criativa**

**EXERCÍCIO DE ESCRITA CRIATIVA**

Com base no que aprendeste na aula e recorrendo aos materiais disponíveis no PowerPoint, imagina que és uma líder sufragista (e jovens do sexo masculino, esta atividade também é para vocês!) e que vais enviar uma carta (**cerca de 10 linhas**) a um dirigente político na qual:

- a) referes as desigualdades de género que se faziam sentir na altura;
- b) contas a forma pouco digna com que as autoridades lidavam com o vosso movimento;

---

- c) ameaças que vais apelar à urgência do Direito ao Voto feminino.

Bom trabalho!

### **2.3.3. As Mulheres no Estado Novo – Aula planeada (50 mins.) e**

#### **Infografia**

A seguinte aula temática sobre mulheres portuguesas seria focada no período histórico correspondente ao Estado Novo (1933-1974). Esta aula estava planeada para ser lecionada no final do 2.º período escolar, em abril de 2022; contudo, por motivos de atraso nos conteúdos programáticos, não foi possível aplicar, porém apresento a planificação daquilo que seria esta aula e os recursos didáticos utilizados, tal como a atividade pensada para os alunos das duas turmas.

Posto isto, começemos pela estrutura desta aula e a forma como foi pensada. Para que seja capaz de atrair a atenção dos meus alunos, optámos desta vez por abortar a ideia de uma ficha formativa, tal como fizéramos na aula das Mulheres na Primeira República, e por isso mesmo a aula das Mulheres no Estado Novo teria uma componente de observação direta, para que os alunos aplicassem o que aprenderam na aula na atividade proposta por nós.

Como primeiro momento da aula, a estratégia pensada foi fazer uma revisão dos conteúdos referentes aos princípios do Estado Novo, usando como fonte histórica o cartaz de propaganda “Deus, Pátria, Família: a trilogia da Educação Nacional” (**Figura 10**). Nele está explícita, claramente, a moral que o regime salazarista inculcava

nas mentes mais novas, uma vez que este cartaz ficava patente nas salas de aula dos mais pequenos. Este cartaz revela, por isso mesmo, o típico lar português segundo a ideologia salazarista: rústico (uso dos utensílios da lavoura, o machado que o pai traz sobre os ombros), humilde (o pão e o vinho sobre a mesa, decoração despojada de riqueza), cristão (presença do crucifixo) e patriarcal (a figura do pai que chega a casa depois de um dia de trabalho no campo), dando a entender que a vida rural é oposta aos vícios gerados pelo mundo urbano, o das grandes cidades. Neste cartaz, para além do questionamento feito aos alunos sobre qual a mensagem transmitida e os valores ali representados, iríamos dar especial destaque à imagem da mulher (lado esquerdo da imagem) e qual o papel ali representado. Como podemos observar atentamente, os criadores deste cartaz quiseram transmitir a mensagem de que a mulher teria de ser submissa, cumprindo a sua função de esposa e de mãe (cuidando da casa e olhando pelos filhos pequenos). A filha mais pequena da família representada no cartaz também seria abordada, uma vez que a mesma imita os mesmos deveres que a sua Mãe, brincando “às casinhas”, cuidando do seu bebé pequeno.

Após esta breve análise dos princípios do Estado Novo, a aula daria seguimento com a abordagem relativa às Mulheres na legislação do Estado Novo, ou seja, quais os deveres que lhe estavam consignados na lei portuguesa da época. Para isso, cabia-me nesta parte da aula expor aos alunos dois textos legislativos do regime: a Constituição de 1933 e o Código de Processo Civil de 1939. No primeira, a Constituição de 1939, os alunos notariam que perante a lei todos os cidadãos eram iguais, “salvas quanto à mulher, as diferenças resultantes da sua natureza e do bem da família” (art.º 5.º). Mais adiante, no art.º 1677.º, os alunos seriam confrontados com o papel da mulher no seio familiar – “pertence à mulher, durante a vida em comum, o governo doméstico, conforme os usos e a condição dos cônjuges”. Ainda neste momento da aula, seria mencionado que, com a entrada em vigor da nova Constituição, haveria um regresso ao antigo Código Civil de 1867, significando para a Mulher a obrigatoriedade de residir no mesmo domicílio que o do seu marido obedecendo-o, o governo doméstico e aperfeiçoar a unidade familiar. Quanto ao segundo texto constitucional, o Código de Processo Civil de 1939, os alunos eram informados que era restabelecido o depósito

judicial, sendo que lhes era explicado o significado deste termo, e a entrega da mulher casada ao marido. Também no mesmo código, seriam explicados aos discentes algumas limitações impostas às mulheres que privavam dos seus direitos como, por exemplo, o de não poderem exercer comércio, viajar para o exterior, celebrar contratos e administrar bens sem o consentimento de seus maridos. As limitações em certas profissões também seriam tratadas neste momento da aula, focando o caso das telefonistas que eram proibidas, de acordo com o Código, de contrair matrimónio.

Seguidamente, seria lida neste aula uma notícia do jornal “Diário de Lisboa” de 9 de maio de 1940, que noticiava o acordo (Concordata de 1940) celebrado entre a Santa Sé e o Estado Português. Seria perguntado aos alunos que acordo (ou se já tinham ouvido falar) era este e quais teriam sido as principais razões para que tivesse sido celebrado. Depois das respostas seria lembrado aos alunos que o divórcio, concedido em pleno período da I República, foi anulado, devido à Concordata de 1940 e que só após o 25 de abril de 1974 é que o divórcio foi novamente legalizado.

Posteriormente, seriam mostradas aos alunos seis fotografias da época (anos 1930-1950) com o intuito de tentarem identificar quais os trabalhos femininos ali apresentados. Com esta estratégia de aprendizagem seria analisada a situação da mulher no mercado de trabalho que, devido aos planos de fomento desenvolvidos nos anos 1950, representou uma viragem para as mulheres, dado que 22,7% da população ativa era constituída pelo sexo feminino sendo que os setores da indústria têxtil, tabaqueira e vestuário (os representados nas fotografias dos diapositivos) foram os que mais aumentaram com a entrada de mulheres no mercado de trabalho.

O próximo momento da aula seria dedicado às organizações femininas no Estado Novo, sendo que a abordagem seria mais expositiva da minha parte, focando essencialmente em duas organizações estatais criadas para as mulheres: a OMEN (Organização das Mães pela Educação Nacional), fundada em 1936 e a Mocidade Portuguesa Feminina, criada em 1937. Em ambos os casos seria explicado aos alunos a origem e necessidade da criação destas duas organizações femininas, os seus objetivos e as formas de atuação. Os dois últimos momentos desta aula seriam dedicados à situação feminina no período marcelista, a última etapa do regime ditatorial em Portugal. Com a doença de Salazar,

Marcello Caetano foi nomeado Chefe do Governo, passando assim a governar Portugal até à Revolução dos Cravos. Nesse período, houve uma maior liberalização dos costumes e modificação dos hábitos, influência de vários países europeus, como Inglaterra e França. Aos poucos, a mulher portuguesa começou a poder aceder ao mercado de trabalho. Como forma de os alunos entenderem estes novos ventos de mudança da chamada Primavera Marcelista, escolhemos duas leis significativas para as mulheres: a Lei n.º 2137 (Dezembro de 1968) e o Decreto-Lei n.º 49137 (Outubro de 1969). A primeira lei concedia a igualdade de direitos políticos para homens e mulheres, enquanto na segunda lei foi revogada a necessidade de autorização do marido para a saída do país das mulheres casadas.

Posteriormente seria apresentada aos alunos uma notícia do jornal “Diário de Lisboa”, de 20 de agosto de 1970, noticiando a nomeação da primeira mulher subsecretária de Estado da Saúde e Assistência, Maria Teresa Lobo, mostrando-lhes que foi possível às mulheres acederem a cargos na política, como o de subsecretária neste caso. Todavia estes últimos anos de Ditadura ainda seriam marcados por uma intensa repressão e censura no que tocava a delicados assuntos que eram considerados tabu, como o caso da sexualidade feminina e um dos exemplos mais paradigmáticos foi a obra “Novas Cartas Portuguesas”, escrita em 1972 por três mulheres: Maria Velho da Costa, Maria Isabel Barreno e Maria Teresa Horta. Esta obra, que abordava a condição da mulher portuguesa, dava relevância ao erotismo enquanto forma de libertação da mulher, sendo por isso mesmo censurada. Devido à polémica do seu conteúdo, o livro foi enviado pela Direção-Geral da Informação à Polícia Judiciária que instaurou um processo-crime às três autoras, num caso que ficou célebre como “As Três Marias”. Para que os alunos entendessem as razões pelas quais o livro foi polémico na época em que foi escrito seria visualizado em sala de aula uma reportagem do noticiário da RTP de, 18 de abril de 2022, acerca da comemoração dos 50 anos do lançamento das “Novas Cartas Portuguesas”.

No final desta aula seria proposta uma atividade (**Figura 11**) a ser realizada em casa que consistia na criação de uma infografia sobre a situação feminina no Estado Novo. Com base naquilo que aprenderam na aula, os alunos tinham de abordar na

infografia os seguintes aspetos: os deveres das mulheres e as limitações em certas profissões; a Mulher na legislação (Divórcio, Depósito Judicial); as organizações femininas estatais e os ventos de mudança na era marcelista. Depois de elaborarem os seus trabalhos, era pedido que os enviassem para o Google Classroom ou para o meu email pessoal.

**Figura 9 – Primeiro diapositivo “As Mulheres no Estado Novo”**

**As Mulheres no Estado Novo**

Prof.: Tomás Nabais  
9.º B  
História

**Figura 10 – Diapositivo "A Lição de Salazar - Deus, Pátria, Família"**

**A LIÇÃO DE SALAZAR**

**DEUS, PÁTRIA, FAMÍLIA: A TRILOGIA DA EDUCAÇÃO NACIONAL**

- Mulher – Função de dona de casa e mãe; submissa ao marido, respeitando-o
- Nacionalismo – Sentimento forte de nacionalismo e pátria
- Catolicismo – Adopção do catolicismo como religião oficial do Estado
- Autoritário – Chefe de família que chega a casa do trabalho; símbolo de autoridade
- Ruralismo – Valorização do que é tipicamente português e à tradição

**Figura 11 – Atividade planeada: Infografia**

Atividade

Com base naquilo que aprendeste na aula de hoje cria uma infografia acerca da situação feminina no Estado Novo. Nesta infografia tens que abordar, os seguintes aspetos:

- Os deveres da Mulher
- As limitações em certas profissões
- A Mulher na legislação (Divórcio, Depósito Judicial)
- As organizações femininas estatais
- Os novos ventos de mudança na era marcelista

Envia o teu infográfico no Google Classroom ou para o meu email: [tomasnabais@hotmail.com](mailto:tomasnabais@hotmail.com)

**Deixo-te aqui um exemplo de uma infografia para te inspirares melhor!**

Exemplo de uma infografia

### 2.3.4. As Mulheres em Democracia – Aula planeada (50 mins.)

#### e Debate

A aula seguinte seria dedicada exclusivamente às Mulheres em tempos de Democracia, sendo que a baliza cronológica se situaria entre a Revolução 25 de Abril de 1974 até aos nossos dias (Séc. XXI). Tal como na aula anterior (As Mulheres no Estado Novo), esta aula não concretizada, devido à dificuldade na gestão do tempo letivo e ao facto de em ambas as turmas o conteúdo programático ter atrasado.

Posto isto passemos ao plano desta aula idealizada por mim. Num primeiro momento, seria mostrado e lido aos alunos um excerto da Constituição de 1976. Os excertos em causa seriam os artigos 13.º (Princípio da Igualdade); 36.º (Família, casamento e filiação) e 52.º (Obrigações do Estado quanto ao direito ao trabalho). O motivo pelo qual optámos por começar pela análise da Constituição de 1976 prende-se com o facto de o mesmo estabelecer, pela primeira vez, a plena igualdade entre homens e mulheres, para além de proibir toda e qualquer discriminação, nomeadamente em

razão do sexo, entre outros direitos consagrados às mulheres. Por outro lado, os alunos ficariam a conhecer mais sobre a Constituição de 1976, dado que no manual escolar adotado pela escola em que estagiei, não ser dada relevância ao texto constitucional, base da democracia portuguesa.

Após a análise da nova Constituição e os efeitos que teve na vida quotidiana das mulheres portuguesas, a aula seguiria com um diapositivo a que demos o nome de “Novas leis, novas conquistas”. Nele, os alunos seriam confrontados com a visualização de um excerto do programa da RTP “Memórias da Revolução”, de 20115 (com a duração de 1:16), dedicado à nova lei do divórcio, que tendo sido promulgada a 27 de Maio de 1975 anulou a Concordata datada de 1940, entre o Estado português e a Santa Sé, permitindo o divórcio aos casados pela Igreja Católica. Para além da lei do divórcio, outras leis seriam abordadas como a do Decreto-Lei n.º 474/76 (16 de junho), Decreto-Lei n.º 112/76 (7 de fevereiro) ou Decreto-Lei n.º 392/79. Com a referência a estas novas medidas governativas, os alunos ficariam a compreender que os acontecimentos têm relevância histórica se resultarem em mudança, ou seja, se tiverem consequências profundas, para muita gente, durante muito tempo.

O momento seguinte desta aula seria focada numa personalidade feminina portuguesa marcante do período histórico em questão. Assim como na aula sobre as Mulheres na Primeira República, em que o enfoque foi para Carolina Beatriz Ângelo, nesta aula decidimos dar a conhecer aos alunos a vida e o percurso profissional de Maria de Lourdes Pintassilgo. A escolha desta mulher prende-se pelo facto de ter sido a primeira mulher na história da democracia de Portugal a chefiar um Governo (ainda que em tempo de gestão de apenas 5 meses). Para que os alunos ficassem a aprender mais sobre esta personalidade feminina tão marcante e revolucionária para a época, seria visualizado em conjunto um excerto do programa da RTP1 de 2007 “Grandes Portugueses” (1:26) com uma pequena biografia daquela que foi a chefe do V Governo Constitucional. Com esta minibiografia, os alunos seriam capazes de demonstrar o que fez Maria de Lourdes Pintassilgo de importante, demonstrando a relevância histórica da pessoa em causa.

Os dois momentos finais da aula pensada para 50 minutos seriam dedicados à entrada da mulher no mercado de trabalho. Após a Revolução de 25 de Abril de 1974, vamos assistir a uma rutura nas normas e valores da sociedade portuguesa, promovendo a igualdade entre homens e mulheres. Desse modo, as mulheres passam a ser admitidas nas mais variadas profissões e cargos públicos que outrora pertenciam aos homens. A sua conseqüente entrada no mercado de trabalho vem permitir de receber uma remuneração garantindo-lhes a emancipação efetiva, tornando-as mais independentes. É através deste contexto histórico que seria apresentada e analisada com os alunos das duas turmas a situação da mulher no mercado de trabalho. As fontes utilizadas para a análise seriam as estatísticas nacionais constada na PORDATA e abarcariam a população ativa por total e sexo, a população empregada por total e sexo, a taxa de emprego (total e por sexo - %) e a taxa de desemprego. Como podemos aferir sentiu-se a necessidade de que os alunos comparassem a população ativa entre homens e mulheres, descobrindo se existiriam disparidades entre ambos os sexos. A baliza cronológica dos dados estatísticos atrás mencionados situar-se-ia entre 1974 (data da Revolução dos Cravos) e 2021 (dados mais recentes disponível no site da PORDATA).

O último momento da aula seria destinado à realização de um debate (**Ver Figura 12**), tendo como ponto de partida a seguinte questão: “Haverá (des)igualdade de género no Portugal do século XXI?”. A discussão, conduzida por mim, seria centrada nas seguintes linhas orientadoras: “Consideras que ainda existe uma desigualdade de oportunidades entre homens e mulheres?” e “O que pode ainda ser feito para combater essa desigualdade patente na nossa sociedade?”. Nesta atividade, a discussão era orientada por mim, sendo que teria um papel imparcial. Para além disso, os alunos teriam de ser capazes de problematizarem e fundamentarem assertivamente a sua opinião de forma ordenada e civilizada, respeitando sempre a opinião dos seus colegas. No final do debate, e com o auxílio do docente, seria pedido à turma a elaboração de um quadro-síntese com as conclusões e sugestões do que poderia ser feito para combater a desigualdade de género existente (ou não) em Portugal nos dias de hoje.

Figura 12 – Debate planeado

**Debate – Haverá (des)igualdade de género no Portugal do Século XXI?**

**Direitos das mulheres: existe igualdade de género na Europa?**

**66 Igualdade de género. Cada vez mais visível, mas progressos são lentos**

A agenda da Igualdade de Género tem vindo a assumir cada vez maior visibilidade. Deixou de ser um "problema das mulheres", como os seus detratores denunciavam, para passar a ser uma questão de direitos humanos que tem uma importância vital na construção do desenvolvimento coletivo e do país. Para isso contribuíram as sucessivas conferências promovidas pelas Nações Unidas para analisar dos vários temas em que esta problemática se desdobra, mas também a crescente sensibilidade da sociedade para a injustiça que lhe está subjacente.

Importante para esta progressiva consciencialização foram as organizações não governamentais, bem como o envolvimento da Academia em linhas de investigação que identificam os custos sociais e económicos decorrentes da desigualdade de oportunidades, culminando na criação de instituições governamentais que desenvolveram agendas concretas para a combater.

A abordagem desta temática entre nós sofreu, naturalmente, um forte impulso com a revolução democrática, através da aprovação de uma Constituição que dá forte

- Achas que ainda existe uma desigualdade de oportunidades entre Homens e Mulheres?
- O que pode ainda ser feito para combater essa desigualdade patente na nossa sociedade?

## 2.4. Análise dos resultados

Depois de apresentada a metodologia e justificada a opção da mesma para fundamentar o tema do meu Relatório de Estágio, passemos à análise dos mesmos resultados focando a nossa atenção no Questionário Inicial e na Ficha Formativa “As Mulheres na Primeira República”, uma vez que as aulas sobre a Mulheres no Estado Novo e em Democracia não foram passíveis de se realizar e, conseqüentemente, as atividades planeadas não chegaram a acontecer, impossibilitando a existência dos seus resultados.

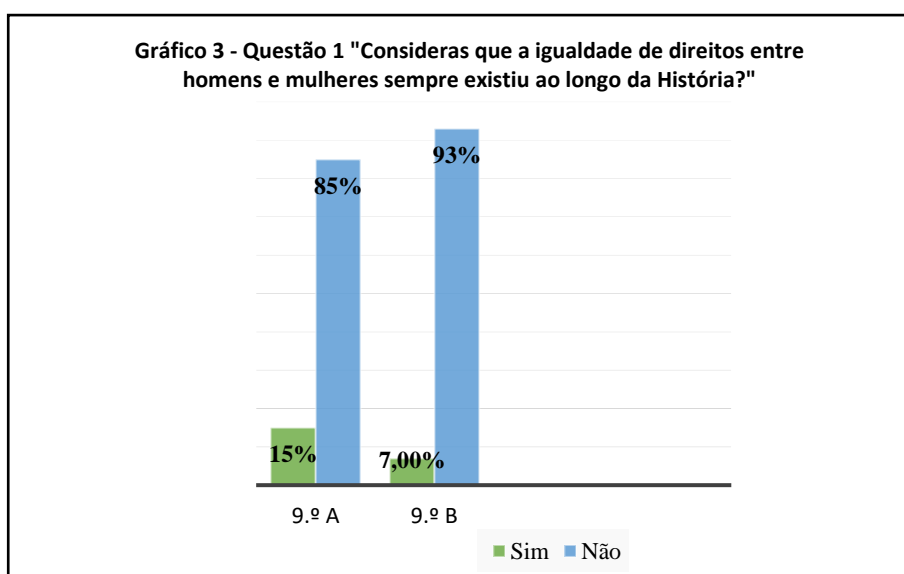
Para analisar os resultados obtidos através dos dois instrumentos de trabalho que foram destinados aos alunos das duas turmas, optámos por utilizar dois métodos distintos: enquanto a análise ao Questionário será quantitativamente, mostrando apenas as percentagens de cada resposta obtida do questionário (as perguntas eram fechadas e cada aluno tinha de optar entre Sim/Não), a da Ficha Formativa será descritiva e qualitativa, uma vez que as perguntas eram abertas permitindo-nos, por isso mesmo, uma leitura mais abrangente e rica (nomeadamente nas questões de opinião) em informações que os alunos nos dão.

### 2.4.1. O questionário inicial

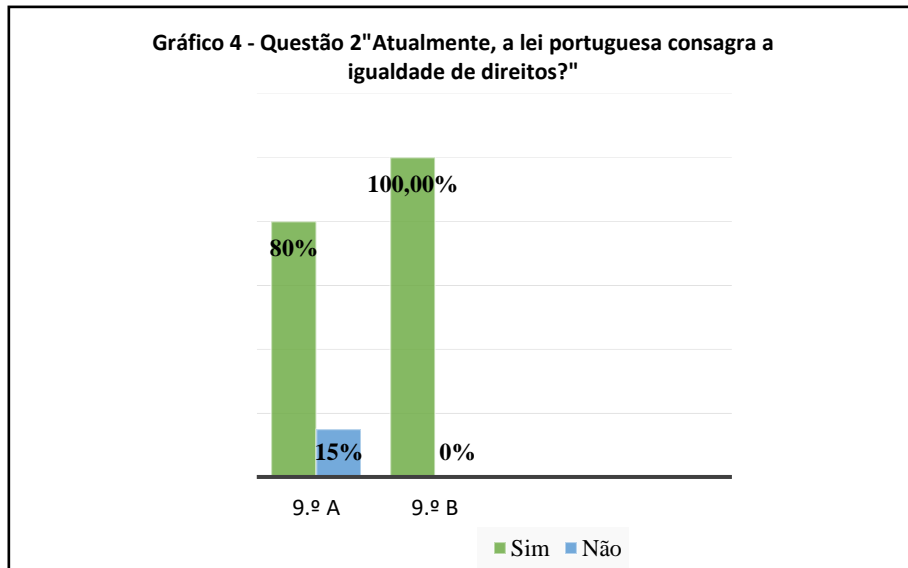
Antes de analisar os resultados obtidos do Questionário Inicial vale a pena lembrar que o mesmo foi realizado no mesmo dia a 16 de dezembro de 2021 às duas turmas em causa: 9.º A e 9.º B. A estrutura e natureza do Questionário era composta por sete questões de escolha múltipla (Sim/Não e Discordo/Discordo totalmente/Concordo/Concordo totalmente), em que cada aluno no seu entender optava, por uma das opções assinaláveis. Ressalve-se, ainda, que o propósito deste inquérito foi perceber a opinião dos discentes sobre a igualdade de género e os direitos das mulheres nos dias de hoje.

Começamos por analisar os resultados de cada pergunta individual e comparar os resultados de ambas as turmas. Na **questão 1** (“Consideras que a igualdade de direitos entre homens e mulheres sempre existiu ao longo da História?”), podemos

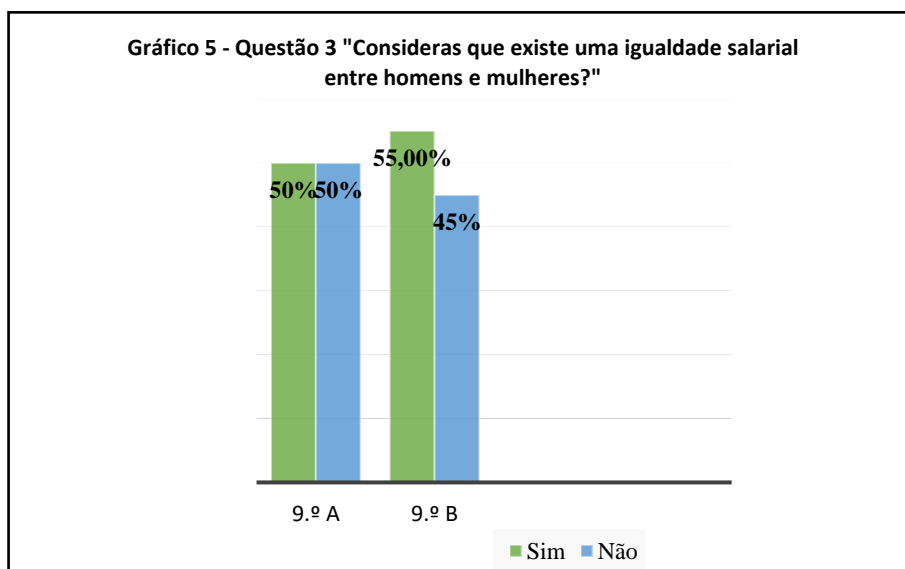
depreender que em ambas as turmas a esmagadora maioria considerou que nunca existiu igualdade de direitos entre ambos os sexos ao longo da História. Se analisarmos o **gráfico 3**, na turma do 9.º A em que 20 alunos responderam ao Inquérito apenas três consideram que sempre existiu igualdade de direitos, ou seja 15%, enquanto 17 consideram que não (85%). Já na turma do 9.º B, em que 15 alunos responderam ao inquérito, a diferença entre o número de “Sim” e de “Não” foi maior (1 – 6,7% contra 14 – 93%). Como podemos notar, para a grande maioria dos alunos das duas turmas a igualdade de direitos entre homens e mulheres nunca existiu ao longo da História.



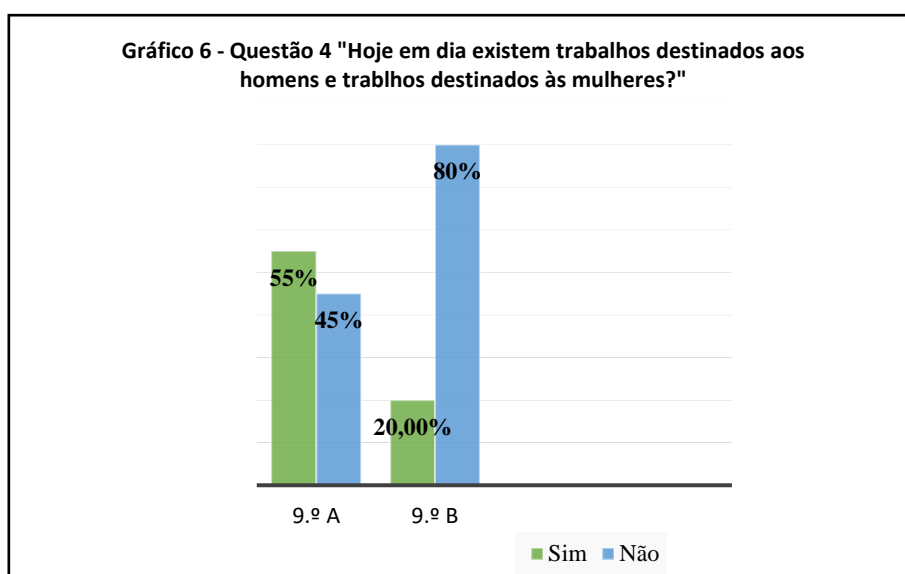
Quanto à questão 2, em que foi inquirido aos alunos se atualmente a lei portuguesa consagra ou não a igualdade de direitos, podemos constatar nas duas turmas que a maioria respondeu que sim. Olhando para o **gráfico 4**, na turma do 9.º A, 80% (16 alunos) responderam que “Sim”, enquanto apenas três que não (15%). Já na turma do 9.º B, todos responderam que “Sim” (100%). Ao contrário da questão n.º 1, em que a maioria negava a existência da igualdade de direitos entre homens e mulheres ao longo da História, na 2.ª questão, como se pode concluir, o “Sim” ganha massivamente.



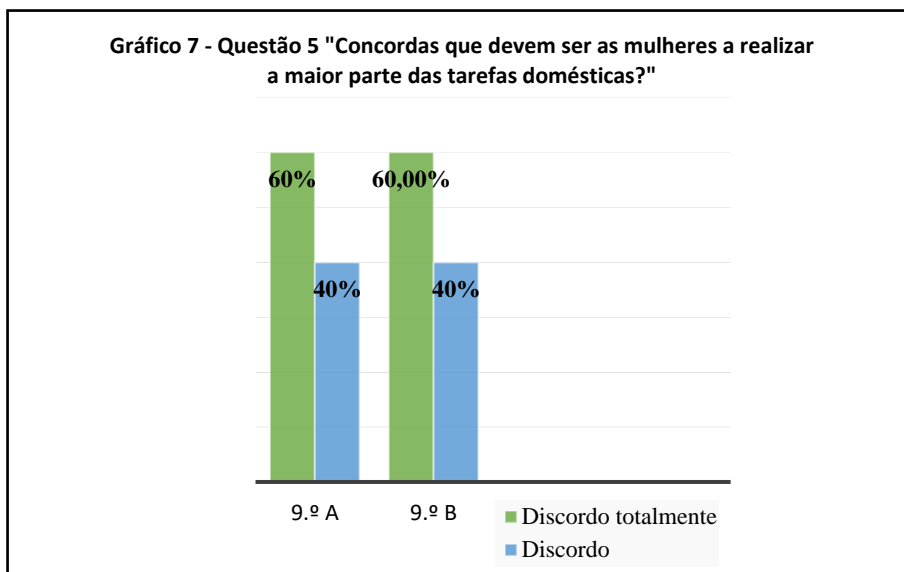
A questão 3 “Consideras que existe uma igualdade salarial entre homens e mulheres?” foi aquela que mais dividiu os alunos de ambas as turmas. Se olharmos atentamente para o **gráfico 5**, podemos averiguar que a diferença de percentagem entre “Sim” e “Não” das duas turmas é pequena. Veja-se o exemplo da turma do 9.º B, em que apenas oito alunos consideram que existe uma igualdade de salários entre homens e mulheres, representando 55% de “Sim”, enquanto sete, afirmam que não (45%). Na turma do 9.º A notamos a existência de um empate técnico entre “Sim” e “Não”, o que fez com que esta questão tenha dividido muitas opiniões entre os alunos: 10 alunos dizem que “Sim” (50%) e também 10 consideram que “Não” (50%).



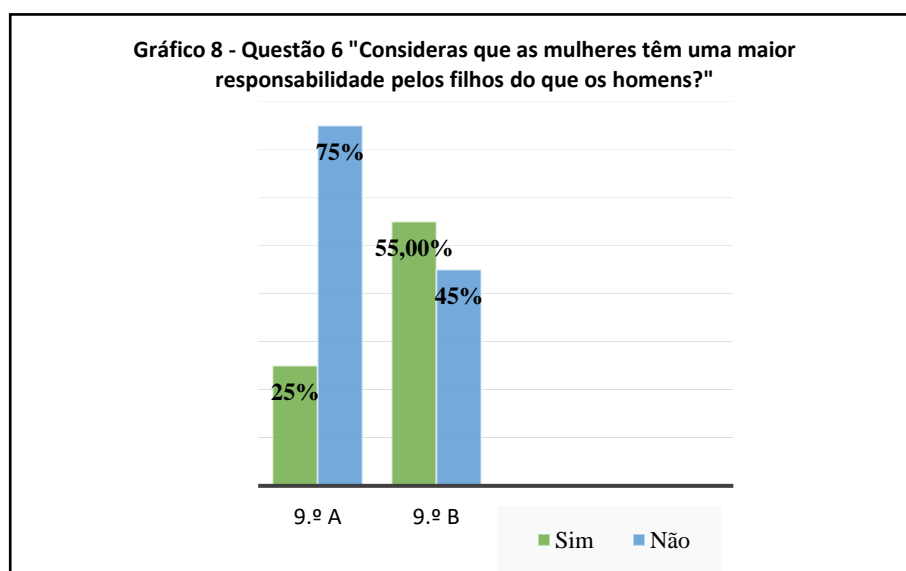
No que diz respeito à questão 4, em que foi pedido ao alunos para refletirem se nos dias de hoje existem trabalhos destinados aos homens e trabalhos destinadas às mulheres, podemos verificar, através do **gráfico 6**, que as respostas de ambas as turmas divergem muito, pois enquanto na turma do 9.º A, a diferença entre “Sim” e “Não” é mínima (55% de “Sim” e 45% de “Não”), na turma do 9.º B a grande maioria dos alunos considera que não existem trabalhos destinados aos homens e às mulheres (20% diz que “Sim” e 80% afirma que “Não”).



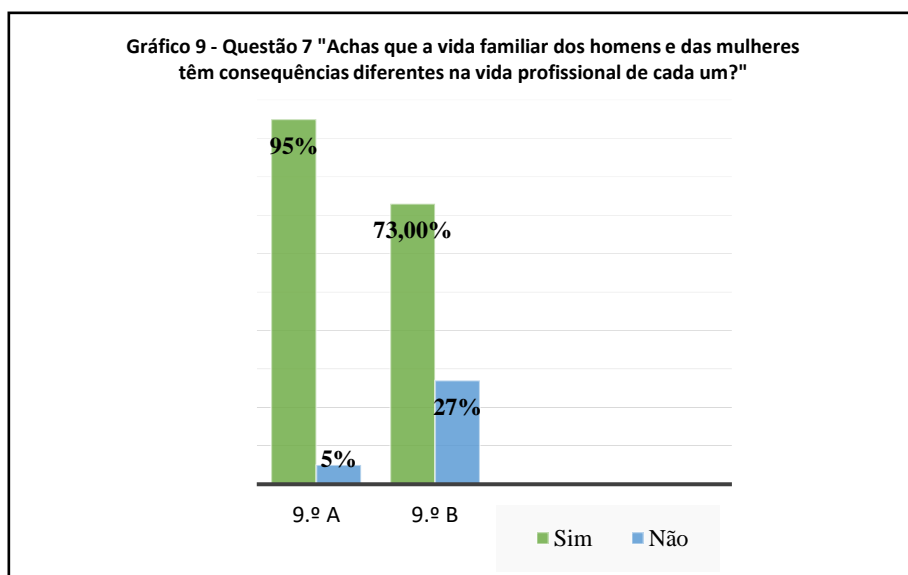
A 5.ª questão era diferente das demais uma vez que pedia aos alunos se concordavam ou não se deviam ser as mulheres a realizar a maior parte das tarefas domésticas. Nesta questão, as opções de resposta eram diferentes, deixando de lado o “Sim” e “Não”, sendo agora as seguintes: “Discordo totalmente”; “Discordo”; “Concordo”; “Concordo totalmente”, ou seja, em escala. Quanto aos resultados nas duas turmas, os resultados são iguais entre si e a maioria discorda totalmente havendo, porém, alguns alunos que apenas discordavam (não totalmente). Como podemos analisar, através do **gráfico 7**, na turma do 9.º A doze alunos discordavam totalmente (60%) e apenas oito discordavam (40%). Quanto à turma do 9.º B, nove alunos discordavam totalmente (60%) e seis discordavam (40%).



Na questão n.º 6, os alunos tinham de responder se consideram que as mulheres têm mais responsabilidade com os filhos que os homens. Sendo esta uma pergunta um pouco mais complexa era de se esperar que as respostas fossem divergentes em cada turma, o que veio a confirmar-se mais na turma do 9.º B, como se pode constatar através do **gráfico 8**. Relativamente à turma do 9.º A, apenas 25% dos inquiridos responderam que “Sim” e 75% que “Não”. Quanto ao 9.º B, a diferença entre “Sim” e “Não” foi mínima – 55% respondeu que “Sim” (oito respostas) e 45% “Não” (sete respostas).



Na última questão, a n.º 7, em que era perguntado aos discentes se consideravam se a vida familiar dos homens e das mulheres tinham consequências diferentes na vida profissional de cada um, os resultados não divergem muito entre si, uma vez que, e partindo da análise do **gráfico 9**, a maioria dos inquiridos das duas turmas acha que “Sim”. Detalhadamente, nos alunos do 9.º A, dezanove responderam que “Sim” (95%) e somente um aluno respondeu que “Não” (5%); já no caso da turma do 9.º B, onze alunos colocaram o “Sim” (73%) como opção e apenas quatro que “Não” (27%).



#### **2.4.2. As Mulheres na Primeira República – Ficha Formativa**

O seguinte instrumento de trabalho que apliquei aos alunos das duas turmas (9.º A e 9.º B) diz respeito a uma ficha formativa sobre o tema “A Mulher na Primeira República”. Como foi mencionado no capítulo anterior, esta ficha de cariz formativo foi resolvida pelos alunos no 2.º período escolar, no dia 10 de fevereiro de 2022, a uma quinta-feira em horários diferentes para as duas turmas: 14h20 – 9.º A; 15h20 – 9.º B. A Ficha Formativa foi aplicada ao longo da aula temática sobre a condição da mulher portuguesa nos tempos da Primeira República. A ideia inicial era a de que os alunos realizassem a ficha ao longo da aula contudo, devido a atrasos e à duração da mesma (50 minutos), foi pedido aos alunos que a realizassem em casa e ma entregassem na aula seguinte.

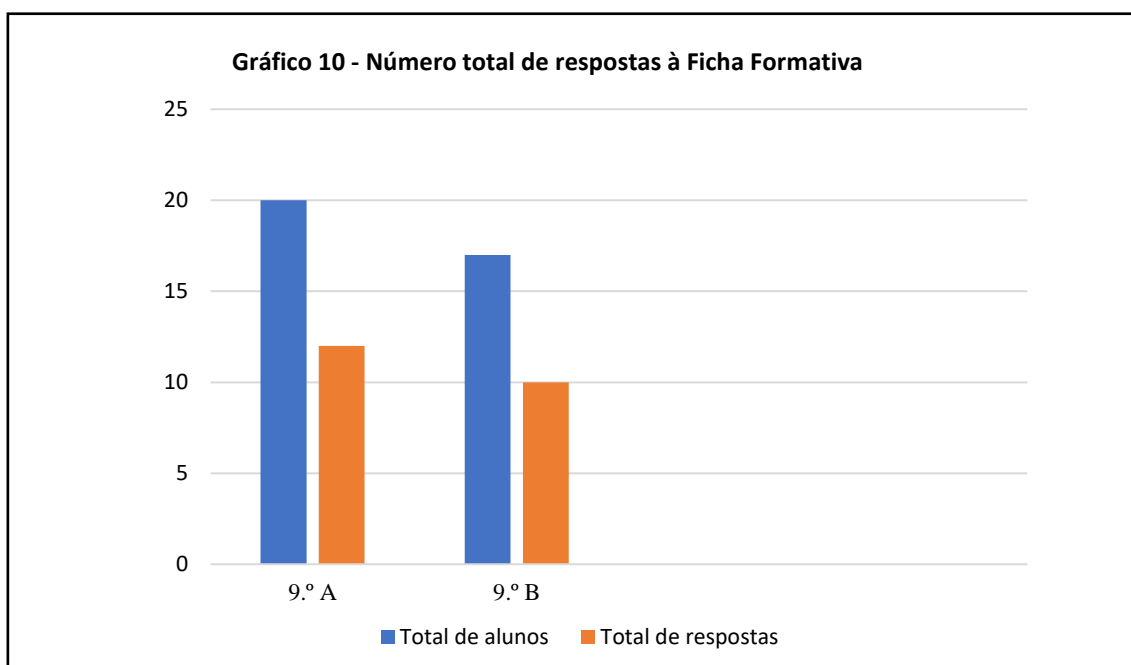
Esta ficha estava dividida em cinco questões relacionadas com o tema da aula e com os diapositivos da apresentação da mesma, tais como as diferenças sociais entre a Mulher Camponesa e da Alta Burguesia no período final monárquico, a definição do feminismo segundo Ana de Castro Osório, uma reportagem sobre o feminismo em Portugal, outro referente aos direitos das mulheres, entre outros. A juntar a essas cinco questões, optámos por colocar no final da Ficha Formativa um exercício de escrita criativa, que incentivasse nos alunos a criatividade e o rigor científico e didático daquilo que foi lecionado na aula, como forma de consolidação das aprendizagens, tendo alguns tópicos a abordar nesse mesmo exercício. É também de relembrar que o objetivo principal deste exercício era que os alunos utilizassem a evidência, como forma de responder a questões interligadas com o motivo pela qual os atores históricos atuavam ou pensavam daquela maneira.

Posto isto, passemos à análise dos resultados que obtive com a Ficha Formativa. Num primeiro momento, observemos o número de alunos de cada turma que me entregaram a respetiva ficha e comparemos os dados estatísticos.

Na turma do 9.º A dos 20 alunos inscritos, apenas 12 me entregaram a Ficha Formativa, o que representa 60% do total. Se compararmos o número de rapazes e o de raparigas que fez e procedeu à entrega da ficha, podemos constatar que o sexo feminino foi o que mais cumpriu com a tarefa (das 11 raparigas inscritas na turma, 9 entregaram-

me a Ficha, ou seja, 82%), enquanto os rapazes não aderiram à atividade proposta por mim (de um universo de 9 rapazes, apenas 3 entregaram-me a ficha), como se pode observar através do **gráfico 10**.

No que diz respeito à turma do 9.º B, dos 17 alunos que compõem a turma no total, somente 10 me entregaram a Ficha Formativa. Se também analisarmos com atenção o número de alunos que entregaram a Ficha por sexo tal com o fizéramos na turma do 9.º A, podemos constatar que desta vez foi o sexo masculino que mais realizou a ficha e me entregou em sala de aula (dos 8 rapazes que a turma é composta, 6 entregaram-me a ficha, representando 75% do total). Do lado oposto, as raparigas não aderiram em grande quantidade como esperávamos, apesar de o tema se tratar sobre a condição feminina nos tempos da Primeira República. Das 8 raparigas inscritas na turma apenas 4 me entregaram a Ficha, ou seja, 50% do total. Estes dados também estão visíveis no **gráfico 10**. Esta lacuna da entrega da Ficha Formativa em ambas as turmas poderá significar o total desinteresse dos alunos na aula temática e na atividade proposta.



Outros dados estatísticos que podemos analisar atentamente é relativamente à percentagem de alunos de cada turma que respondeu a cada questão. E se observarmos a **tabela 2** podemos constatar que a maioria respondeu a todas as questões, tirando uma outra questão. No que diz respeito ao exercício de escrita criativa, que vinha logo a seguir à questão 5.2, muito poucos alunos do 9.º A o fizeram (dos 12 alunos que me entregaram a Ficha, apenas 4 executaram o exercício final). Já na turma do 9.º B podemos observar o oposto, em que de um total de 10 alunos 7 realizaram o exercício de escrita criativa. Estes dados também estão disponíveis na **tabela 2**.

**Tabela 2 – Número de alunos que responderam a cada questão por turma**

| N.º da questão   | 9.º A | 9.º B |
|------------------|-------|-------|
| 1.1              | 12    | 10    |
| 2.1              | 12    | 10    |
| 2.2              | 11    | 8     |
| 3.1              | 10    | 10    |
| 4.1              | 8     | 6     |
| 4.2              | 8     | 6     |
| 4.3              | 8     | 6     |
| 5.1              | 8     | 10    |
| 5.2              | 8     | 9     |
| Escrita criativa | 4     | 7     |

Passando agora a uma análise mais profunda e detalhada de cada resposta que os alunos deram na Ficha Formativa, tivemos em consideração o rigor histórico, a escrita correta (sem erros ortográficos e gramaticais), a utilização dos conhecimentos veiculados na aula temática. Para o último exercício, o da escrita criativa, para além dos descritores atrás mencionados, os alunos tinham de puxar por um nível de criatividade. Posto isto, começemos pela **Questão n.º 1**, em que se pedia que após a leitura de um excerto, os alunos conseguissem caracterizar o quotidiano de uma mulher camponesa e o de uma mulher da alta sociedade. De uma maneira geral nas duas turmas, os

discentes conseguiram interpretar os excertos do texto historiográfico de Susana Serpa Silva sendo capazes de discernir o quotidiano das mulheres de duas classes sociais distintas, em que num lado, a mulher camponesa cozinhava, cosia, tratava das crianças e dos animais, participava nas sementeiras e colheitas, vendendo ainda os seus produtos agrícolas; no polo oposto, a mulher da alta burguesia cuidava da educação dos seus filhos, convivia socialmente através de visitas, serões, idas à ópera, ao teatro ou clubes, como podemos observar através de um exemplo de resposta de um aluno do 9.º A. (Ver **Figura 13**).

**Figura 13 – Exemplo de resposta à Questão 1.1**

1. Lê atentamente os seguintes documentos.

“No mundo rural, dominante no Portugal monárquico e republicano (...) o dia-a-dia, tanto, para as casadas, como para as jovens solteiras, era repartido entre as tarefas domésticas e os árduos trabalhos do campo. Cozinhar, coser, tratar das crianças e dos animais, participar nas sementeiras, nas colheitas e na venda dos produtos agrícolas eram tarefas essenciais.”

SILVA, Susana Serpa (2011) – “Sonhos e ideais de vida. Sonhos privados/sonhos globais”. In MATTOSO, José; VAQUINHAS, Irene, coord. – *História da Vida Privada em Portugal. A Época Contemporânea*

“Ao longo do século XIX e durante a primeira metade do século XX, as senhoras da alta sociedade portuguesa (...) repartiam o seu quotidiano entre a orientação da vida doméstica, o cuidado com a educação dos filhos, (...) o convívio das visitas, dos serões e bailes, das idas ao teatro, à ópera ou aos clubes (...). Além disso, cultivavam o exercício dos labores e o aperfeiçoamento dos dotes musicais.”

SILVA, Susana Serpa (2011) – “Sonhos e ideais de vida. Sonhos privados/sonhos globais”. In MATTOSO, José; VAQUINHAS, Irene, coord. – *História da Vida Privada em Portugal. A Época Contemporânea*

1.1. Como é que se caracteriza o quotidiano da mulher camponesa e o da mulher da alta sociedade?

*“A mulher camponesa fazia tarefas domésticas e árduos trabalhos no campo, cozinhar, coser, tratar das crianças e dos animais, participar nas sementeiras, nas colheitas e na venda dos produtos agrícolas. Já a mulher da alta sociedade cuidava da educação dos seus filhos, convívio das visitas dos serões e bailes, das idas ao teatro à ópera ou aos clubes e cultivavam o exercício dos labores e o aperfeiçoamento dos dotes musicais.”*

Na **Questão 2.1**, baseando-se num excerto do Código Civil Português de 1867, os alunos tinham de referir dois deveres das mulheres patentes nesse mesmo excerto. Sendo esta questão de fácil acesso, muitos alunos conseguiram identificar dois deveres, de um total de cinco apresentados no excerto em causa. A maioria dos alunos que responderam assertivamente a esta questão referiu o art.º 1185 “Prestar obediência ao

marido (...)" e o art.º 1186 "Tinha a obrigação de acompanhar o marido." Muito poucos optaram por referir o art.º 461 "O marido pode abrir as suas cartas ou papéis", como podemos observar no exemplo que se segue (**Figura 14**).

**Figura 14 – Exemplo de resposta à Questão 2.1**

2. Lê o seguinte excerto relativo ao Código Civil de 1867.

Art.º 1185 – Prestar obediência ao marido, enquanto àquele incumbia proteger e defender a pessoa e os bens da mulher.

Art.º 1186 – Tinha a obrigação de acompanhar o marido

Art.º 1187 – Se era autora não podia publicar escritos sem o seu [do marido] consentimento

Art.ºs 1192, 1194 e 1196 – Precisava da sua autorização para exercer profissão, comércio, adquirir bens (...)

Art.º 461 – O marido pode abrir as suas cartas ou papéis

*Código Civil Português de 1867 (adaptado)*

2.1. Segundo o excerto do Código Civil de 1867, refere dois deveres das mulheres.

*"Segundo o excerto do Código Civil de 1867, as mulheres tinham a obrigação de acompanhar o marido e o marido tinha o direito de abrir as cartas ou papéis das mulheres, mas não ao contrário."*

Na seguinte questão, a **2.2**, os alunos tinham de, comparando com a atualidade, dizer se consideravam que as mulheres ainda tinham de cumprir os deveres atrás mencionados, mesmo não estando consignados na lei, justificando a sua resposta. Como podemos verificar pelo tipo de pergunta, esta questão era mais opinativa e proporcionava que os alunos fomentassem um espírito crítico sobre o lugar da mulher na sociedade atual e interligassem com a questão 2.1. De uma maneira geral, os alunos de ambas as turmas souberam responder com clareza e fundamento a sua resposta. Houve alunos que argumentavam que sim, ainda existem na sociedade atual mulheres a cumprirem esses deveres mencionados no excerto do Código Civil Português de 1867 e que, segundo alguns alunos, há países que tratam as mulheres como objetos, não mencionando o nome desses países. Outros alunos defendem que não, uma vez que e citando o exemplo de uma aluna do 9.º A, "(...) porque as pessoas foram pensando de outra forma ao longo do tempo" (ver **Figura 15**), ou seja, existiu uma mudança de mentalidades que fez com que a maioria das mulheres já não cumprisse os deveres atrás mencionados.

**Figura 15 – Exemplo de resposta à Questão 2.2**

2.2. Comparando com a atualidade, consideras que, apesar de não estarem consignados na lei, ainda há mulheres que têm de cumprir estes deveres? Justifica.

*“Não, porque as pessoas foram pensando de outra forma ao longo do tempo.”*

Seguiu-se a terceira questão (3.1), na qual os alunos tinham de ler atentamente o documento *Às Mulheres Portuguesas*, de 1905, da autoria da feminista e ativista republicana portuguesa Ana de Castro Osório. Neste exercício, era pedido que os alunos tentassem identificar quais eram as causas pelas quais os movimentos feministas lutavam. A maioria dos alunos que respondeu a esta questão recorreu ao texto de Ana de Castro Osório e argumentou que as causas pelas quais os movimentos feministas se batiam eram a luta pela sua independência. Aliás, “independentes” foi a palavra mais repetida nas respostas dos alunos. Para além da necessidade de se tornarem independentes, muitos alunos defendiam que as feministas lutavam para que as mulheres fossem “criaturas de inteligência e de razão”. Uma pequena parte dos alunos ainda respondeu que as mulheres lutavam pelos mesmos direitos dos homens e pelo direito de votar.

Na 4.1 era pedido aos alunos que ouvissem e visualizassem com atenção a reportagem “O Feminismo em Portugal” (do programa “Câmara Clara”, da RTP2) e respondessem à seguinte questão: “Para a historiadora Maria Alice Samara [que intervém na peça jornalística] qual foi a personalidade feminina mais marcante na sociedade portuguesa nos anos 1920?”. Sendo esta uma questão de fácil acesso e compreendida por todos os alunos, a maioria dos inquiridos foi unânime em responder que a personalidade mais marcante para a historiadora é Adelaide Cabete. Uma seguinte questão a 4.2 pedia que os alunos justificassem a escolha da historiadora, sendo que nesta questão a maioria não soube responder ou nem respondeu. Dos alunos que responderam a esta questão, muitos justificam o facto de Adelaide Cabete ter sido uma mulher-médica numa profissão tradicionalmente masculina para a época, como podemos observar através da **Figura 16**. Apenas uma aluna do 9.º A respondeu que, para a historiadora Maria Alice Samara, a personalidade feminina mais marcante na

sociedade portuguesa dos anos 1920 é Carolina Beatriz Ângelo. Todavia, esta célebre médica e feminista não é mencionada no vídeo em questão (Ver Figura 17).

**Figura 16 – Exemplo de resposta às Questões 4.1 e 4.2 – Aluno A**

4. Observa com atenção a reportagem “O Feminismo em Portugal” e responde às seguintes questões.

4.1. Para a historiadora Maria Alice Samara qual foi a personalidade feminina mais marcante na sociedade portuguesa nos anos 1920?

*“A personalidade mais marcante na sociedade portuguesa foi Adelaide Cabete.”*

4.2. Porquê?

*“Porque Adelaide Cabete foi uma médica dos anos 1920, tendo em conta que nos anos 20 era pouco comum uma mulher médica.”*

**Figura 17 – Exemplo de resposta às Questões 4.1 e 4.2 – Aluno B**

4. Observa com atenção a reportagem “O Feminismo em Portugal” e responde às seguintes questões.

4.1. Para a historiadora Maria Alice Samara qual foi a personalidade feminina mais marcante na sociedade portuguesa nos anos 1920?

*“Carolina Beatriz Ângelo.”*

4.2. Porquê?

*“Foi a primeira mulher a votar em Portugal, formou o grupo português de estudos feministas, criou a associação de propaganda feminista, foi a primeira médica a operar no Hospital São José.”*

A **pergunta 4.3** pedia aos alunos que, de acordo ainda com a reportagem, tentassem explicar que influência tiveram as feministas na sociedade portuguesa. Uma vez que esta questão era de um grau de dificuldade elevado, em grande parte devido à forma como a pergunta era colocada, muitos alunos não souberam esclarecer quais as influências que as feministas tiveram. Das respostas obtidas, muitos alunos justificam, por exemplo, que “fizeram com que as mulheres tivessem um papel mais ativo na sociedade”, não exemplificando concretamente o quê; ou que “As feministas permitiram que as mulheres tivessem o direito ao voto e ao ensino, o que permitiu uma evolução económica do país” ou ainda que “A influência que tiveram foram a coragem, a ousadia (...)” (ver **Figuras 18 e 19**). Como podemos atestar através destes exemplos, muitos alunos não souberam esmiuçar quais foram as influências das feministas na sociedade portuguesa, tendo apenas alguns alunos enumerado o direito ao voto, à educação e a coragem e ousadia que as feministas tiveram na época em questão.

**Figura 18 – Exemplo de resposta à Questão 4.3 – Aluno A**

4.3. De acordo com a reportagem, que influência tiveram as feministas na sociedade portuguesa?

*“As mulheres reivindicavam o direito ao voto, educação, igualdade jurídica e liberdade de pensamento.”*

**Figura 19 – Exemplo de resposta à Questão 4.3 – Aluno B**

4.3. De acordo com a reportagem, que influência tiveram as feministas na sociedade portuguesa?

*“As feministas permitiram que as mulheres tivessem o direito ao voto e ao ensino, o que permitiu uma evolução económica do país.”*

Na quinta questão, os alunos tinham de observar com atenção uma outra reportagem retirada da RTP Arquivos que tratava dos direitos das mulheres em Portugal. Na **5.1** era-lhes pedido que, através da reportagem, identificassem as mudanças mais significativas para as mulheres ocorridas, durante a Primeira República. A nível global, podemos observar que a maioria dos alunos salienta que as mudanças mais marcantes foram o acesso à função pública e a escolaridade obrigatória, como forma de combate às elevadas taxas de analfabetismo que se faziam sentir no sexo feminino da época. Outro tipo de respostas inclui a lei do divórcio que facilitou a dissolução do casamento. Para além disso, uma pequena parte dos alunos que respondeu a esta questão indica a mudança de visual e social como uma das maiores mudanças para as mulheres, como podemos observar através das **Figuras 20 e 21**.

**Figura 20 – Exemplo de resposta à Questão 5.1 – Aluno A**

5. Observa com atenção a reportagem referente aos direitos das mulheres em Portugal.

5.1. Quais foram as mudanças mais marcantes para as mulheres ocorridas durante a Primeira República?

*“As mudanças mais marcantes para as mulheres ocorridas durante a primeira república é o acesso à função pública e a escolaridade obrigatória. E a igualdade de tratamento tanto no casamento como no divórcio.”*

**Figura 21 – Exemplo de resposta à Questão 5.1 – Aluno B**

5. Observa com atenção a reportagem referente aos direitos das mulheres em Portugal.

5.1. Quais foram as mudanças mais marcantes para as mulheres ocorridas durante a Primeira República?

*“As mudanças mais marcantes foram os vestidos que foram ficando mais colados e curtos, e, também o cabelo que foi ficando mais curto.”*

Na 5.2, os alunos tinham de indicar o direito que estava vedado às mulheres, sendo que muitos alunos responderam acertadamente “direito ao voto” (ver Figuras 22 e 23). Muito poucos alunos mencionaram “o acesso político” e alguns “o divórcio”. Facto é que a Primeira República deixará nas feministas um “amargo na boca” por não lhes conceder o direito de votarem, sendo esta a grande derrota dos movimentos sufragistas.

**Figura 22 – Exemplo de resposta à Questão 5.2 – Aluno A**

5.2. Qual era o direito, referido no excerto da reportagem, que ainda estava vedado às mulheres?

*“O acesso político.”*

**Figura 23 – Exemplo de resposta à Questão 5.2 – Aluno B**

5.2. Qual era o direito, referido no excerto da reportagem, que ainda estava vedado às mulheres?

*“O direito ao voto.”*

Ao último exercício demos o título de “Exercício de Escrita Criativa”. Nele, os alunos com base no que aprenderam na aula e recorrendo aos materiais disponíveis no PowerPoint, teriam de se pôr na pele de uma líder sufragista e redigir uma carta a um dirigente político, na qual referiam as desigualdades de género que se faziam sentir na época, contassem a forma pouco digna com que as autoridades lidavam com o movimento e apelassem à urgência do direito ao voto feminino. Vale a pena lembrar que muitos dos alunos que me entregaram pessoalmente a Ficha Formativa não

realizaram este exercício que tinha como objetivos: estimular a criatividade e a originalidade, adotar a perspectiva histórica, ou seja, utilizar a evidência e a compreensão do contexto histórico para responder a questões relacionadas com o motivo pelo qual as pessoas atuaram daquela forma (ou pensavam assim); o rigor histórico e um bom domínio da escrita e do vocabulário.

De uma maneira geral, os alunos que redigiram este último exercício souberam dar largas à sua criatividade, havendo até o caso de uma aluna que datou a carta, e preencheram os requisitos necessários (referir as desigualdades de gênero, narrar a forma pouca digna com que as autoridades lidavam com o movimento e o apelo à urgência do direito ao voto feminino). Quanto ao rigor histórico, e pelo que observei através da análise daquilo que os alunos escreveram neste exercício final, a grande parte utiliza termos anacrônicos e incompreendidos por mim, como por exemplo “(...) daremos início a movimentos de luta, **militância** (...)”.

A nível linguístico, noto que muitos alunos incorrem em erros gramaticais e de sintaxe e usam muitas vezes o gerúndio.

Todavia, das 11 respostas que obtive nas duas turmas em relação a este último exercício de escrita criativa, selecionei três (**Figuras 24, 25 e 26**) que a meu ver se aproximaram daquilo que lhes foi pedido e que cumpriram os requisitos atrás mencionados. Para além disso, esses três alunos souberam dar largas à sua imaginação, não fugindo da componente histórica nem comprometendo um pouco a ficção que lhes era pedido.

**Figura 24 – Exemplo de resposta ao Exercício de Escrita Criativa – Aluno A**

**Exercício de Escrita Criativa – Aluno A**

*“Olá, senhor*

*Estou a escrever esta carta ao Senhor para que resolva um problema e esse problema acontece com muitas mulheres.*

*Na minha opinião com a injustiça com o género feminino de que as mulheres limpam, cozinham e só servem suas casas enquanto os maridos trabalham.*

*O problema é que mesmo protestando não nos ouvem. Nós temos direitos e voz. Nós podemos fazer o mesmo que os homens.*

*Nós queremos votar!”*

**Figura 25 – Exemplo de resposta ao Exercício de Escrita Criativa – Aluno B**

**Exercício de Escrita Criativa – Aluno B**

*“Saudações meu senhor  
Gostaria de lhe informar que eu peço para que as mulheres possam votar, pois votar é um direito humano e acho que se o problema é o género, não acho que seja justo.  
Pois todas nós pisamos a mesma terra, todas nós respiramos o mesmo ar e para sua surpresa servem o mesmo país que outros.  
Por isso as mulheres também têm direito de votar.  
As mulheres são muito inteligentes e cultas.  
Elas não servem só para servir os seus homens e também cuidar dos seus próprios filhos.  
Por isso se elas não podem acho que você não se importa se iniciarmos um protesto.”*

**Figura 26 – Exemplo de resposta ao Exercício de Escrita Criativa – Aluno C**

**Exercício de Escrita Criativa – Aluno C**

*“Sendo eu um ser pensante e com capacidades de me expressar publicamente, se sendo também provida de opinião, manifesto o meu profundo desagrado sobre a forma como as autoridades me impedem, enquanto mulher, de me fazer ouvir.  
A forma como me visto e o cabelo que uso, não são impeditivos da minha liberdade.  
Farei tudo o que estiver ao meu alcance para que eu, e todas as mulheres deste país, tenhamos o direito de escolher quem nos governa.”*

### **2.4.3. Reflexão dos resultados**

Após uma breve análise dos resultados expostos anteriormente, apresento neste subcapítulo uma breve reflexão dos mesmos.

Como podemos constatar, os dois instrumentos de recolha de dados que apliquei nas duas turmas para efeitos do tema do meu Relatório de Estágio foram um questionário inicial e uma ficha formativa, dedicada à Mulher na Primeira República.

Comparando os resultados, notei que ambas as turmas (9.º A e 9.º B) se interessaram mais pelo Questionário Inicial do que pela Ficha Formativa, até porque a

taxa de adesão do mesmo nas duas turmas foi de 100%. Uma das razões para tal acontecido prende-se com o facto de o Questionário ter sido apresentado aos alunos no último dia de aulas de História do 1.º período e também a nível estrutural o questionário ter sido breve (apenas sete perguntas com opções de Sim/ Não e Concordo/Concordo totalmente, Discordo/Discordo totalmente), permitindo que os alunos respondessem com mais rapidez (mas não deixando de refletirem sobre quais as opções a decidir) e posteriormente debaterem uns com os outros sobre as questões explícitas no questionário. Podemos assim afirmar que a aplicação deste 1.º instrumento de trabalho foi um sucesso.

Em contrapartida, o segundo instrumento de trabalho, a Ficha Formativa “A Mulher na Primeira República” não teve os efeitos esperados por mim. Desde logo, a quantidade de questões (10 no geral) pode ter levado a que muitos alunos ficassem assustados e o facto de alguns me terem perguntado se contava para avaliação, ao que lhes respondi que não, que era somente para efeitos do meu Relatório de Estágio. Como consequência, muitos optaram por não ter preenchido completamente a ficha ou outros não me terem entregado pessoalmente. O que é que eu teria feito de novo? Penso que poderia ter reduzido para metade o número de questões (cinco) ou ter optado por outro tipo de estratégia de aprendizagem ou então ter mantido apenas o exercício de escrita criativa. Muito provavelmente, se tivesse seguido uma destas ideias, teria tido muito mais êxito nos resultados do que com a Ficha Formativa (volto a lembrar que a taxa de participação nas duas turmas foi de 60% e 58% 9.º A e 9.º B respectivamente).

Outro fator que condicionou o resultado deste instrumento de trabalho foi a própria duração da aula na qual a Ficha Formativa esteve aplicada. Uma vez que cada aula tinha a duração de 50 minutos e devido a imprevistos técnicos alheios ao Professor Estagiário, a aula do dia 10 de fevereiro de 2022 não foi concluída na sua totalidade, sendo por isso estendida para outra sessão, nas duas turmas, mas desta vez em dias diferentes (a segunda parte da aula para a turma do 9.º A foi a 22 de fevereiro e a do 9.º B foi a 15 do mesmo mês). Com a adição de uma nova sessão dedicada à Mulher na Primeira República, a grande parte dos alunos não trouxe (como combinado na aula anterior) a Ficha Formativa. Por outro lado, na segunda parte da aula, notei que os

alunos das duas turmas estavam desinteressados e desatentos com o que lhes estava a ser ensinados, havendo apenas um ou outro aluno interessado. Se tivesse optado por encurtar a matéria dada para a Mulher na Primeira República e focado aspetos mais essenciais, como as causas feministas, acredito que os discentes se envolveriam cada vez mais no tema e realizassem a Ficha Formativa.

Apesar deste segundo instrumento de trabalho não ter corrido como o esperado, devido às condicionantes atrás aludidas, penso que, de uma maneira geral, os resultados também não foram dececionantes, pois se na turma do 9.º A em 20 alunos 12 entregaram a Ficha e na do 9.º B em 17, 10 fizeram o mesmo, o cenário não é desanimador, mas poderia ter tido mais êxito.

## Conclusões finais

As conclusões encerram este Relatório de Estágio, no qual relembro que o tema central foi o da história das mulheres portuguesas em Portugal no século XX e XXI, tendo como título “De fadas do lar a cidadãs plenas: As mulheres portuguesas no Ensino da História”, e aplicado em ambiente escolar a duas turmas do 9.º ano numa escola básica do concelho do Porto.

Vale também ressaltar que, para pôr em prática dos alunos o tema em causa, foi elaborado inicialmente um inquérito inicial como forma de tentar perceber qual a perceção que os alunos de ambas as turmas (9.º A e 9.º B) tinham acerca dos direitos das mulheres e da igualdade de género na atualidade para levantamento das ideias prévias. Seguidamente planeei três aulas, cada uma dedicada a um tipo de regime diferente em Portugal (“As Mulheres na Primeira República”, “As Mulheres no Estado Novo” e “As Mulheres em Democracia”). Todavia, apenas a primeira foi executada, sendo que as outras duas não chegaram a acontecer por motivos de atraso nos conteúdos programáticos.

Para cada aula foram planeadas e elaboradas atividades relacionadas com o tema, de forma que os alunos aplicassem os seus conhecimentos e o que tinham aprendido nas aulas temáticas. Essas atividades incluíam: uma ficha formativa relacionada com a aula sobre as Mulheres na Primeira República, em que os alunos iam respondendo a cinco questões e a um exercício de escrita criativa; a elaboração de uma infografia sobre a situação feminina no Estado Novo e, por último, a realização de um debate, no qual os alunos teriam de discutir se existe (des)igualdade de género em Portugal na atualidade. Mais uma vez, apenas a primeira atividade foi posta em prática, uma vez que quer a infografia e quer o debate não foram executados.

Dos resultados obtidos pudemos constatar que a nível de participação as mesmas foram diferentes, pois enquanto no inquérito todos os alunos responderam, no caso da ficha formativa muitos não entregaram e aqueles que o fizeram responderam apenas a algumas questões. Quanto ao exercício de escrita criativa da Ficha Formativa, a grande maioria acabou por não a realizar. Porém, aqueles que o fizeram, demonstraram que souberam responder ao que era pedido: imaginando serem uma

líder sufragista e escrever uma carta (c. de 10 linhas) a um dirigente político, referindo as desigualdades de género que se faziam sentir na altura; contar a forma pouco digna com que as autoridades lidavam com o movimento e ameaçarem apelando à urgência do direito ao voto feminino.

Ao longo do meu estágio também fui encontrando limitações e certos obstáculos que condicionaram o produto final deste relatório de estágio, que não estando de todo incompleto também não transmite a imagem de um produto acabado. A impossibilidade de realizar duas aulas temáticas acerca das mulheres no período do Estado Novo e em Democracia (de 1974 até aos nossos dias) contribuíram para a tal imagem de produto inacabado, uma vez que seria interessante ver os trabalhos dos alunos do 9.º ano nas atividades planeadas para essas aulas. Porém, acredito que num futuro próximo, ponha em prática as estratégias de aprendizagem que atrás mencionei. Assim, poderei perceber se, para os alunos, atualmente existe igualdade de género em Portugal, que era uma das perguntas pensadas para o debate da última aula planeada. Outras das limitações que experienciei foi a não receção de todas as fichas formativas e que também condicionou o resultado esperado. Acredito que a grande maioria dos alunos tenha achado a ficha formativa demasiado longa ou complexa, o que levou a que muitos não tenham percebido o seu propósito.

Penso que ao trabalhar com um tema tão pouco explorado contribuí para que futuramente mais alunos do Mestrado em Ensino de História possam “pegar” neste Relatório de Estágio e desenvolver novas estratégias de aprendizagem e trabalhar com alunos de outras escolas quando estiverem num âmbito de estágio como eu tive.

Termino estas conclusões finais com uma palavra de esperança: pois acredito piamente que, num futuro mais próximo, os jovens professores de História irão contribuir para o combate à desigualdade de género, desmistificando estereótipos e conceções erradas. Para além disso, é necessário não esquecer o papel que as Mulheres, quer nacionais quer internacionais, tiveram ao longo da História e, principalmente as personalidades femininas que mais contribuíram para a sociedade.

## Bibliografia

ABOIM, Sofia (2011). “Vidas Conjugais: Da Institucionalização ao Elogio da Relação”. In MATTOSO, José. *História da Vida Privada em Portugal* (pp. 80-111). Maia: Círculo de Leitores

BELEZA, Teresa Pizarro (2010). *Direito das mulheres e da igualdade social a construção jurídica das relações de género*. Coimbra: Almedina

CARDONA, Maria João (coord.); NOGUEIRA, Conceição; VIERIA, Cristina; PISCALHO, Isabel; UVA, Marta; TAVARES, Teresa-Cláudia (2011). *Guião de Educação Género e Cidadania - 1.º Ciclo do Ensino Básico*. Lisboa: CIG

CARLOS, Beatriz (2019). *A educação para a (des)igualdade de género: O papel da educação na (re)produção dos estereótipos de género*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Mestrado em Estudos sobre as Mulheres: As Mulheres na Sociedade e na Cultura

CIRNE, Joana; HENRIQUES, Marília (2021). *Viagem na História 9 – 9.º Ano*. Lisboa: Areal Editores

DROZ, Bernard; ROWLEY, Anthony (1999). *História do Século XX. 1º Volume*. Lisboa: Publicações D. Quixote

ESTEVES, João Gomes (1991). *A liga republicana das mulheres portuguesas: uma organização política e feminista (1909-1919)*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres

GUIMARÃES, Elina (1992). *A mulher portuguesa na legislação civil*. «Análise social», vol. XXII (92-93). Lisboa

HOLMES, Mary (2007). *What is Gender? Sociological Approaches*. Londres: Publicações Sage

LAMAS, Maria (1948). *As Mulheres do Meu País*. Lisboa: Editorial Caminho

LOBO, Cláudia (2016). *As mulheres preferem o 'chic'*. «Revista Visão História», nº 36. Lisboa

MARIANO, Fátima (2011). *As Mulheres e a I República*. Casal de Cambra: Caleidoscópio

MELO, Helena Pereira de (2015). *Mulheres Portuguesas*. Lisboa: Clube do Autor

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (2018). *Aprendizagens Essenciais. Articulação com o Perfil dos Alunos. 9.º Ano. 3º Ciclo do Ensino Básico. História*. Lisboa: Ministério da Educação

OAKLEY, Ann (1972). *Sex, gender, and society*. São Francisco: Harper and Row

PAIS, Ana Francisca Teixeira (2020). *O ENXOVAL – Diagnóstico de um projeto de intervenção no plano dos estereótipos e da igualdade de género*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto: Mestrado em Sociologia

PIMENTEL, Irene Flunser (2001). *História das organizações femininas do Estado Novo*. Lisboa: Temas e Debates

PIMENTEL, Irene Flunser (2007). “O Estado Novo, As Mulheres e o Feminismo”. In AMÂNCIO, Lígia; TAVARES, Manuela; JOAQUIM, Teresa; ALMEIDA, Teresa de Sousa, *O longo caminho das mulheres Feminismos 80 anos depois* (pp. 90-107). Lisboa: Publicações Dom Quixote

PIMENTEL, Irene Flunser (2011). *A Cada Um o Seu Lugar*. Maia: Círculo de Editores

PINTO, Teresa (coord.); NOGUEIRA, Conceição; VIEIRA, Cristina; SILVA, Isabel; SAAVEDRA, Luísa; SILVA, Maria João; SILVA, Paula; TAVARES, Teresa-Cláudia; PRAZERES, Vasco (2011). *Guião de educação género e cidadania: 3º ciclo do ensino básico*. Lisboa: CIG

PROENÇA, Maria Cândida (2015). *Uma História Concisa de Portugal*. Lisboa: Temas & Debates

REIS, Bruno C., (2014). "A Vida Política". In CARDOSO, José Luís, coord. *História Contemporânea de Portugal: 1808-2010. Volume 4: Olhando Para Dentro (1930-1960)*. Lisboa: Fundación Mapfre

RICHARDSON, Diane (2008). *Introducing Gender and Women's Studies*. Basingstoke: Palgrave Macmillan

SANTOS, Maria Helena (2011). *Género e Política: Factores Explicativos das Resistências à Igualdade*. Lisboa: ISCTE-IUL

SEIXAS, Peter (2013). *The Big Six*. Toronto: Nelson Education

SILVA, Susana Serpa (2011). "Sonhos e ideais de vida. Sonhos privados/sonhos globais". In MATTOSO, José; VAQUINHAS, Irene, coord. *História da Vida Privada em Portugal. A Época Contemporânea*. Maia: Círculo de Leitores

SILVESTRE, Paulo (2009). *Vivências do Feminino no final de Oitocentos – Representação da mulher em alguns romances e periódicos da época*. Lisboa: Universidade Aberta. Mestrado em Estudos Portugueses Interdisciplinares

STOLLER, Robert (1968). *Sex and gender: on the development of masculinity and femininity*. Nova Iorque: Science House

TELO, António José (2007). *História Contemporânea de Portugal. Do 25 de Abril à Atualidade. Volume I*. Lisboa: Editorial Presença

TORRES, Anália (2018). *Sexo e Género: problematização conceptual e hierarquização das relações de género*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

VAQUINHAS, Irene (1994). *Breves palavras a propósito da invisibilidade das mulheres nos programas de história dos ensinos básico e secundário*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres

## Anexos

### Anexo 1 – Questionário inicial

#### QUESTIONÁRIO

Este questionário realiza-se no âmbito do Mestrado em Ensino de História no 3.º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e tem como finalidade compreender a perceção que os alunos têm acerca dos direitos das mulheres e igualdade de género na atualidade.

NOME: \_\_\_\_\_ TURMA: \_\_\_\_\_

1. Consideras que a igualdade de direitos entre homens e mulheres sempre existiu ao longo da História?  
 Sim  
 Não
2. Atualmente, a lei portuguesa consagra a igualdade de direitos?  
 Sim  
 Não
3. Consideras que existe uma igualdade salarial entre homens e mulheres?  
 Sim  
 Não
4. Hoje em dia existem trabalhos destinados aos homens e trabalhos destinadas às mulheres?  
 Sim  
 Não
5. Concordas que devem ser as mulheres a realizar a maior parte das tarefas domésticas?  
 Discordo totalmente  
 Discordo  
 Concordo  
 Concordo totalmente
6. Consideras que as mulheres têm uma maior responsabilidade pelos filhos do que os homens?  
 Sim  
 Não

7. Achas que a vida familiar dos homens e das mulheres têm consequências diferentes na vida profissional de cada um?

Sim

Não

Obrigada pela tua colaboração.

## Anexo 2 – Ficha Formativa



### FICHA FORMATIVA

#### A Mulher na Primeira República

NOME: \_\_\_\_\_ Nº \_\_\_\_\_

TURMA: \_\_\_\_\_

1. Lê atentamente os seguintes documentos.

“No mundo rural, dominante no Portugal monárquico e republicano (...) o dia-a-dia, tanto, para as casadas, como para as jovens solteiras, era repartido entre as tarefas domésticas e os árduos trabalhos do campo. Cozinhar, coser, tratar das crianças e dos animais, participar nas sementeiras, nas colheitas e na venda dos produtos agrícolas eram tarefas essenciais.”

SILVA, Susana Serpa (2011) – “Sonhos e ideais de vida. Sonhos privados/sonhos globais”. In MATTOSO, José; VAQUINHAS, Irene, coord. – *História da Vida Privada em Portugal. A Época Contemporânea*

“Ao longo do século XIX e durante a primeira metade do século XX, as senhoras da alta sociedade portuguesa (...) repartiam o seu quotidiano entre a orientação da vida doméstica, o cuidado com a educação dos filhos, (...) o convívio das visitas, dos serões e bailes, das idas ao teatro, à ópera ou aos clubes (...). Além disso, cultivavam o exercício dos labores e o aperfeiçoamento dos dotes musicais.”

SILVA, Susana Serpa (2011) – “Sonhos e ideais de vida. Sonhos privados/sonhos globais”. In MATTOSO, José; VAQUINHAS, Irene, coord. – *História da Vida Privada em Portugal. A Época Contemporânea*

1.1. Como é que se caracteriza o quotidiano da mulher camponesa e o da mulher da alta sociedade?

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

2. Lê o seguinte excerto relativo ao Código Civil de 1867.

Art.º 1185 – Prestar obediência ao marido, enquanto àquele incumbia proteger e defender a pessoa e os bens da mulher.

Art.º 1186 – Tinha a obrigação de acompanhar o marido

Art.º 1187 – Se era autora não podia publicar escritos sem o seu [do marido] consentimento

Art.ºs 1192, 1194 e 1196 – Precisava da sua autorização para exercer profissão, comércio, adquirir bens (...)

Art.º 461 – O marido pode abrir as suas cartas ou papéis

*Código Civil Português de 1867 (adaptado)*

2.1. Segundo o excerto do Código Civil de 1867, refere dois deveres das mulheres.

---

---

---

---

2.2. Comparando com a atualidade, consideras que, apesar de não estarem consignados na lei, ainda há mulheres que têm de cumprir estes deveres? Justifica.

---

---

---

---

3. Lê o seguinte documento da autoria de Ana de Castro Osório.

«Feminismo! E ainda em Portugal uma palavra de que os homens se riem ou se indignam e de que a maioria das próprias mulheres coram, coitadas, como de falta grave cometida por algumas colegas [...].

À mulher portuguesa há de chegar também a sua vez de compreender que só no trabalho pode encontrar a sua carta de alforria<sup>1</sup>. [...] E, desde que se torne independente pelo seu próprio esforço, desde que saiba angariar o pão que come, a casa que habita, os vestidos que veste, sem estar à espera do homem, fonte de todo o dinheiro que hoje a sustenta [...], a sua alforria está decretada [...].

Ser feminista não é querer as mulheres insexuais, masculinas, de caricatura, como alguns julgam; mas sim desejá-las criaturas de inteligência e de razão, educadas útil e praticamente de modo a verem-se ao abrigo de qualquer dependência, sempre amarfanhante para a dignidade humana.»

<sup>1</sup> Libertação. Ana de Castro Osório (feminista e ativista republicana portuguesa), *Às mulheres portuguesas*, 1905

3.1. Segundo Ana de Castro Osório quais eram as causas pelas quais os movimentos feministas lutavam?

---

---

---

---

---

4. Observa com atenção a reportagem “O Feminismo em Portugal” e responde às seguintes questões.

4.1. Para a historiadora Maria Alice Samara qual foi a personalidade feminina mais marcante na sociedade portuguesa nos anos 1920?

---

---

4.2. Porquê?

---

---

---

---

---

4.3. De acordo com a reportagem, que influência tiveram as feministas na sociedade portuguesa?

---

---

---

---

---

5. Observa com atenção a reportagem referente aos direitos das mulheres em Portugal.

5.1. Quais foram as mudanças mais marcantes para as mulheres ocorridas durante a Primeira República?

---

---

---

---

5.2. Qual era o direito, referido no excerto da reportagem, que ainda estava vedado às mulheres?

---

### **EXERCÍCIO DE ESCRITA CRIATIVA**

Com base no que aprendeste na aula e recorrendo aos materiais disponíveis no PowerPoint, imagina que és uma líder sufragista (e jovens do sexo masculino, esta atividade também é para vocês!) e que vais enviar uma carta (**cerca de 10 linhas**) a um dirigente político na qual:

- a) referes as desigualdades de género que se faziam sentir na altura;
- b) contas a forma pouco digna com que as autoridades lidavam com o vosso movimento;
- c) ameaças que vais apelar à urgência do Direito ao Voto feminino.

Bom trabalho!